

2

Dezembro 2009
Suplemento Anual

Espaço Global

Convidado Especial
Paulo Castro Rangel

Destaques

Execução dos Programas co-financiados pelos Fundos da União Europeia na Região
Personalidades opinam sobre a importância dos Fundos nas várias áreas da actividade regional
Testemunhos sobre a aplicação dos Fundos no passado
Jovens estudantes debruçam-se sobre o desenvolvimento sócio-económico da Região



Ligação em Via Expresso ao Porto do Funchal
Entidade Beneficiária: RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A.
POVT – Fundo de Coesão



Instituto de
Desenvolvimento Regional



QUADRO DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



Intervir+
Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico e
Coesão Territorial da RAM



Rumos
Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano e
Coesão Social da RAM



POVT
Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano e
Coesão Social da RAM



MAC 2007-2013



Espaço Global

Edição
Instituto de Desenvolvimento Regional
Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Região Autónoma da Madeira
Portugal
Tel: +351 291 214 000
Fax: +351 291 214 001
idr.srpf@gov-madeira.pt
www.idr.gov-madeira.pt

Coordenação - projecto editorial, design e produção
Núcleo de Comunicação e Imagem

Fotografia
Banco de Imagens do IDR

Impressão e Acabamentos
O Liberal, Empresa de Artes Gráficas, SA

Tiragem
28000 exemplares

Espaço Global 2
Dezembro 2009
Anual
(Distribuição Gratuita)

Índice

5 Nota Editorial

Convidado Especial

8 **Paulo Castro Rangel** (Eurodeputado) - A Europa, Portugal e a Ibéria: o jogo dos espaços.

Espaço *Opinion Leaders*

- 12 **Jaime Filipe Gil Ramos** (Presidente da AJEM) - AJEM afirma-se como um parceiro social de referência na interligação entre os Jovens Empresários e os apoios públicos disponíveis ao investimento e ao empreendedorismo.
- 14 **José Carlos Marques** (Professor Universitário) - Investir em IDTI: os programas de financiamento comunitário como factor de desenvolvimento económico.
- 20 **Paulo Camacho** (Jornalista) - O Valor dos Números.
- 22 **António Abreu** (Ad Mensuram Madeira - Sócio Gerente) - Sistemas de Incentivos às PME's - Uma janela de oportunidades - O caso da Ad Mensuram Madeira, Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda.

Espaço Actualidade

- 26 Executar e cumprir as metas dos Programas Operacionais - Um desafio colectivo.
- 28 Programa INTERVIR+ - Um Instrumento para o Desenvolvimento Sócio-Económico da Região.
- 30 Os Sistemas de Incentivos ao Investimento na Região Autónoma da Madeira.
Programa RUMOS
- 32 • Educação e Formação - Com elevado nível de adesão.
 - 34 • Emprego e Coesão Social - Um breve balanço.
- 40 POVT-Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes - Projectos da Região co-financiados pelo Fundo de Coesão.
- 42 Programa MAC - A Região com grande capacidade de cooperação.
- 44 POPRAM III - A Perspectiva de absorção integral das dotações financeiras no âmbito do encerramento do Programa - Números e Figuras.
- 52 INTERREG III-B - Com desempenho acima da média dos restantes Programas de Cooperação.

Espaço Projectos

Projectos Promissores de Boas Práticas:

- 58 Intervir+
- 62 Rumos
- 64 POVT/Eixo V
- 65 PCT-MAC
- 66 CIVITAS MIMOSA - Um Projecto de vanguarda para a MOBILIDADE SUSTENTÁVEL na cidade do Funchal.
- 67 MURAL DIGITAL - Um projecto direccionado aos Jovens.

Espaço Memórias

- 70 **Ana Mota** - Primeiros passos para a implementação de projectos co-financiados pela União Europeia.
- 76 **Ricardo Reis** - Os Fundos Estruturais e Comunitários e o desenvolvimento da RAM: O passado e o presente.

Espaço Jovens

- 80 **Mónica Pita** - Caracterização económica e social da Região Autónoma da Madeira.
- 82 **Dulce Silva** - A Região Autónoma da Madeira como Região Ultraperiférica.

Último Espaço

- 86 2010 Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.



Nota

Editorial

ESPAÇO GLOBAL existe para informar e esclarecer os cidadãos (desde o público em geral aos potenciais beneficiários) sobre a aplicação dos Fundos Comunitários na Região e tem por objectivo contribuir para uma maior transparência nas intervenções financeiras, relevantes para o desenvolvimento económico e social da Região.

Na primeira edição, editada em Dezembro de 2008, tivemos como convidado especial o Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim, e deu-se um grande destaque à apresentação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), dos Programas Operacionais Regionais e dos Programas de Acção Comunitária.

Essa primeira edição foi objecto de um estudo sobre o impacto das acções de Informação e Publicidade, realizado no início deste ano por uma entidade externa. Tal estudo permitiu constatar, por parte da opinião pública, o seguinte: por um lado, satisfação e reconhecimento pela importância dos conteúdos divulgados, já que proporcionam aos cidadãos a informação que pretendem (ex. eixos de intervenção e destinatários) e que não é obtida facilmente na restante divulgação que lhes é dirigida; por outro lado, regozijo pelo facto de se ter recorrido a uma ampla distribuição de informação como forma de divulgação da existência desses Programas.

A partir deste número, vamos apresentar aos leitores e, em particular, aos madeirenses e aos porto-santenses, o ponto de situação sobre a execução dos Programas co-financiados pela UE com aplicação na Região. Continuaremos a apostar na participação de várias personalidades, contando, nesta edição, como convidado especial, o Eurodeputado Paulo Rangel, e criámos vários Espaços - Espaço Opinions Leaders, Espaço Memórias e Espaço Jovens -, com vista a uma maior abertura a potenciais colaboradores.

Fica aqui o nosso agradecimento a todos os que, graciosamente, colaboraram nesta edição. O seu precioso contributo enriqueceu o ESPAÇO GLOBAL e certamente irá despertar o interesse de muitos mais leitores.

Estamos a tornar este ESPAÇO mais dinâmico, mais atractivo e mais GLOBAL, contribuindo assim para que os seus conteúdos possam ser melhor apreendidos por todos.

Quem sabe se, na próxima edição, não será Você nosso colaborador?

Núcleo de Comunicação e Imagem (NCI)/IDR

Convidado Especial

Paulo Castro Rangel
(Eurodeputado)

Nesta edição contamos com o valioso contributo do Eurodeputado Dr. Paulo Rangel. É Membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais e da Delegação para as Relações com os Estados Unidos da América. Trata-se de um distinto académico e político, com profundos conhecimentos em assuntos europeus.



Convidado Especial

A Europa, Portugal e a Ibéria: o jogo dos espaços

Paulo Castro Rangel
Eurodeputado

1. A percepção dos fenómenos europeus continua a ser marcadamente económica, apesar de a construção europeia constituir o maior sucesso político do século XX. Também quanto ao alargamento, se têm multiplicado as análises de vezo economicista. E, no entanto, o simples facto do alargamento tem óbvios efeitos políticos e geopolíticos sobre Portugal. Tais efeitos podem resumir-se numa sentença lapidar: Bruxelas ficou mais longe, Madrid fixou-se mais perto. Uma das consequências evidentes do alargamento vem a ser a «erosão» progressiva da singularidade identitária, cultural e política dos Estados (em especial, dos pequenos e médios) junto do poder bruxelense. Numa Europa a vinte e cinco, os europeus têm imensa dificuldade em perceber as diferenças entre um espanhol e um português: exactamente a mesma que nós temos em distinguir um eslovaco de um polaco ou um letão de um lituano. Numa Europa de quinze membros, ligados por tradições relativamente homogêneas, ainda havia espaço para a afirmação individual dos Estados. Ao ditar o desaparecimento desse espaço, a então cimeira de Copenhaga tornou a implantação de um verdadeiro federalismo paradoxalmente mais difícil e mais imprescindível. Na verdade, com o alargamento — e sem as garantias próprias de um sistema político federal —, não pode afastar-se a hipótese de uma «delegação» do poder da União Europeia. Mesmo sem a formalização de um directório, a União tem sido tentada a «delegar» poder nos Estados mais atractivos do «espaço vital» respectivo, a conceder-lhes uma espécie de estatuto de agente ou representante, criando um regime de «tutela informal».

2. Num cenário destes, Portugal é candidato a pupilo e só um Estado pode aspirar a ser seu tutor: o Estado espanhol. Com muito mais países para ouvir e atender, a voz portuguesa perde força em Bruxelas, enquanto a Espanha europeia conserva intocadas todas as facilidades de penetração no nosso «campus» espacial. Eis o que nos obriga — sem dramatismos e com plena consciência das vantagens da integração europeia e do alargamento — a repensar a estratégia de afirmação nacional. E isso, considerando sempre as duas possibilidades históricas: a subsistência da unidade espanhola ou a dissolução do Estado castelhano em «nacionalidades». Dissolução essa, diga-se de passagem, que, no quadro das desintegrações de «bem-estar» — Bélgica, Itália —, não se antolha tão remota quanto possa suspeitar-se. Portugal está, pois, mais vulnerável à Espanha, porque perderá alguns dos ganchos e âncoras que até aqui podia atirar para lá dos Pirinéus. A resistência natural a Castela já não poderá repousar tão descansadamente na aliança europeia. O relaxamento europeu e o vigor da centralidade castelhana fazem com que a nossa posição externa dependa, agora mais, daquilo a que poderíamos chamar a «consistência interna». No plano político, a «consistência interna» relaciona-se com o grau de centralização do nosso modelo de desenvolvimento. Tomemos então dois dos modelos possíveis.

3. Um primeiro, unipolar, que aposta na criação de uma grande cidade ibérica, dotada de infra-estruturas de excelência e de uma arquitectura distintiva, com capacidade de atracção demográfica. É o modelo da Cidade-Estado e privilegiaria Lisboa como pólo de afirmação nacional. Todo o país estaria estruturado em torno da capital. Seria um modelo capaz de ter algum sucesso no caso de desintegração da Espanha, embora, ainda assim, pudesse soçobrar no desenho da relação com uma Galiza auto-determinada. Mais dificilmente conviveria com a actual configuração do Estado espanhol, pois desguarneceria largas partes do território e arriscaria, por simetria com outras metrópoles peninsulares, a converter-se em mais uma província da Grande Castela.



4. Um segundo, multipolar, assente no conceito de rede de cidades médias, um pouco na esteira do modelo holandês (que enfrenta um desafio homólogo em face do gigante alemão). A gestão criteriosa das cidades, a especialização das respectivas valências, a dispersão dos centros de poder público e o estabelecimento de uma densa teia de ligações (de preferência, ferroviárias) seriam os traços principais do conceito. Seria o modelo de um Estado-de-Cidades por contraposição à Cidade-Estado. Oferece mais probabilidades de resistência a uma cativação por Espanha e tem iguais chances de vingar num cenário de implosão ibérica. E, naturalmente — o que não é de somenos —, assegura um tratamento mais igualitário dos cidadãos ao longo do território.

5. Um terceiro modelo teria sido evidentemente o da regionalização do continente, prejudicado, todavia, pelo seu já longo afastamento da agenda política e pela polémica e conflito que introduz no debate nacional. Em todo o caso, e com uma nova intencionalidade de raiz político-administrativa, deveria ser ponderada a sua recuperação para duas zonas periféricas: Trás-os-Montes e Alto Douro e o corredor fronteiriço Guarda-Portalegre. Na verdade, a experiência regional e autonómica da Madeira e dos Açores — pelo seu sucesso em termos de progresso e desenvolvimento e pela vitalidade constitucional da sua afirmação (sobretudo no caso da Madeira) — justificam a «importação» do respectivo modelo para o território continental. Ainda que devidamente adaptado, com matizes, aquelas duas zonas, tão pobres e tão esquecidas, fundamentam largamente uma estratégia constitucional dúctil e própria. Também elas estão, mais do que quaisquer outras, sujeitas às investidas estratégicas de Castela. Também elas carecem, como a Madeira e os Açores, de um estatuto europeu próprio. Tudo o que é reclamado e exigido pela compreensão adequada do espaço nacional no quadro ibérico, europeu, atlântico e global. Repensar estrategicamente o território à luz dos desafios do alargamento europeu: eis o desígnio que nos põe hoje o espaço global.

Espaço *Opinion Leaders*

Espaço onde participam destacadas personalidades com responsabilidade nas mais variadas áreas da actividade regional.

Nesta edição, contamos com a relevante colaboração do Dr. Jaime Filipe Gil Ramos, Presidente da Associação de Jovens Empresários da Madeira (AJEM), do Professor Doutor José Carlos Marques, Catedrático da UMa, do Senhor Paulo Camacho, Jornalista e do Senhor António Abreu, Empresário.



AJEM – afirma-se como um parceiro social de referência na interligação entre os Jovens Empresários e os apoios públicos disponíveis ao investimento e ao empreendedorismo

Jaime Filipe Gil Ramos

Presidente da AJEM – Associação de Jovens Empresários Madeirenses

A União Europeia tem contribuído positivamente para o processo de desenvolvimento regional, tendo como objectivo a construção de um espaço europeu mais harmonioso e solidário, promovendo a coesão territorial e social, nesse sentido a Região Autónoma da Madeira (RAM) desde a sua adesão potenciou todos os fundos comunitários disponíveis, aproveitando esta oportunidade histórica de uma forma exemplar.

Este sucesso só tem sido possível, face ao envolvimento dos diversos agentes económicos e sociais, dos quais a AJEM – Associação de Jovens Empresários Madeirenses, que não se tem demitido das suas responsabilidades, mas bem pelo contrário, tem-se afirmado como um parceiro social de referência na interligação entre os Jovens Empresários e os apoios públicos disponíveis ao investimento e ao empreendedorismo.

As Associações Empresariais, nas quais a AJEM se insere, tiveram desde o primeiro momento um papel crucial na promoção e divulgação dos diversos Sistemas de Incentivos, contribuindo para a excelente execução dos diversos programas, através da capacidade de disseminação da informação e a auscultação das necessidades do mercado, de forma a alterar e modificar as tipologias de apoio, incrementando a penetração e eficiência dos apoios comunitários.

A necessidade de uma nova orientação estratégica de desenvolvimento da RAM coloca o empreendedorismo e a iniciativa privada, como factores essenciais para o desenvolvimento sustentável. A inevitável mudança do paradigma de desenvolvimento regional, capaz de transformar uma economia com uma dependência significativa do investimento público, para uma economia em que a iniciativa privada e as parcerias público-privadas atinjam uma maior relevância e objectividade, necessita da criação de condições efectivas para esta mudança, onde a preocupação constante das iniciativas de apoio comunitário, sejam através do INTERVIR + como do RUMOS, assumem um papel determinante.

Em períodos de abrandamento ou mesmo de decréscimo nas taxas de crescimento económico, como a actual situação em que vivemos, fruto dos efeitos da crise financeira, a necessidade de apostar estrategicamente na criação e no desenvolvimento de unidades de negócios extremamente flexíveis e com capacidade de adaptação, torna-se cada vez mais imperiosa, face às crescentes e cada vez mais rápidas alterações e mutações do mercado. A diferenciação e a criação de valor (seja através da criação de produtos e áreas de negócio inovadores, como do reconhecimento das vantagens comparativas de know-how elevado e da distinção qualitativa) num mercado que é cada vez mais global e competitivo é um desafio que os fundos comunitários têm que necessariamente abordar.

Em confluência com estes princípios estratégicos foi criado o EMPREENDINOV, no qual a AJEM se congratula por ter tido um papel crucial na definição do modelo do Sistema de Incentivos do âmbito do IDERAM – Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM. Abriu-se uma nova etapa para a criação e crescimento de pequenos projectos inovadores e diferenciadores, que, se devidamente acompanhados poderão se tornar em empresas de sucesso. É um apoio claramente direccionado a jovens empreendedores, que, força da irreverência e dos conhecimentos que se reflectem na natureza dos seus projectos, permitirão a entrada de uma nova geração de empresários que permitirão a renovação do tecido empresarial regional.

No entanto é também uma das preocupações da AJEM, a agilização de processos e a desburocratização dos sistemas de incentivos. Assim, em termos genéricos, e para investimentos de baixo valor e perfeitamente tipificados como mais-valias para o tecido económico da RAM como requalificantes, recomendamos a simplificação do sistema de atribuição de subsídios, nomeadamente a revisão do modelo de candidatura nos actuais moldes.

A AJEM também, a par de outras entidades, públicas e privadas, reconhece que o factor conhecimento é a fonte preferencial de criação de valor económico. O RUMOS é um instrumento fundamental de desenvolvimento desta estratégia. A formação integral da pessoa humana, o desenvolvimento de estratégias de empreendedorismo, a competitividade das organizações dependem do domínio de ferramentas técnicas que confirmam ao indivíduo a confiança e que despertem a vontade para desafiar o futuro, a incerteza e a concorrência no mercado. A



especificidade formativa, no campo do empreendedorismo, implica uma especial atenção no campo das ciências económicas, sociais e dinâmicas. Pretende-se criar um grupo dinâmico e extremamente criativo de indivíduos capazes de enfrentar os desafios do mercado que lhes venham a ser propostos. O conhecimento dentro das organizações é o único recurso capaz de manter uma vantagem competitiva sustentada, porque reside precisamente no interior dos indivíduos, tem a natureza de um activo intangível, o que torna difícil de obter e partilhar e, portanto, de replicar. Por essa razão, o conhecimento organizacional é referido como o recurso/ activo mais crítico que as empresas controlam.

A AJEM também entende que a Formação específica pode ser potenciada pela interactividade com a componente prática. O “know-how” e o “know-do” são mais eficazes e produzem mais resultados se trabalharem em conjunto. As iniciativas da AJEM no âmbito da formação profissional seguem esta metodologia, conhecida pelo método do caso (case study), capacitando os formandos a agir e a reagir em situações reais.

Nesta perspectiva, e entendendo este designio estratégico, a AJEM pretende desenvolver um Projecto intitulado Escola dos Empreendedores que pretende criar um pólo de competências específicas de desenvolvimento de projectos de negócio, sensibilizar para o empreendedorismo, incrementar o crescimento de empresas na sua fase embrionária, de arranque e consolidação, potenciando a criação de redes de contactos pessoais, oportunidades de negócio e opções pessoais.

As noções de empreendedorismo, conforme pretendemos desenvolver no âmbito deste Projecto, coloca como competência-chave do desenvolvimento, a capacidade de criatividade e de inovação. A AJEM situa-se, assim, numa posição de compromisso na mudança incremental e sistemática de organização da sociedade.

A existência dos apoios e respostas do âmbito do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) são cruciais e vitais, através de novas estruturas e possibilidades de financiamento, numa altura em que as instituições financeiras não estão a ser complacentes com a iniciativa empresarial, especialmente com a mais jovem. No âmbito das novas alternativas de financiamento encontra-se uma área que a AJEM pretende ver potenciada. Estamos a falar dos financiamentos através das capitais de risco destinadas essencialmente a Projectos de pequena dimensão e start-up's. São financiamentos de risco moderado e elevado, em que a banca comercial e tradicional não está disponível e muito menos interessada na viabilização das respectivas operações.

A AJEM entende também como desafio o aproveitamento dos apoios comunitários para o processo de desenvolvimento regional como essencial, principalmente devido ao facto deste quadro comunitário ser vital para o futuro de Portugal. Pretendemos ser inovadores e pró-activos na mesma medida em que exigimos aos nossos empresários regionais, para que desta forma consigamos em conjunto superar as dificuldades e os obstáculos que iremos necessariamente enfrentar.

Com a confiança e a ambição de uma juventude, mas com a capacidade e a responsabilidade necessária, damos eco ao nosso lema:

“Tem espírito de iniciativa, sê criativo, assume os riscos!”

Investir em IDTI: os programas de financiamento comunitário como factor de desenvolvimento económico



José Carlos Marques

Professor da Universidade da Madeira

The opportunity to implement the proposed actions will not be available for much longer. Europe and its citizens should realize that their way of life is under threat but also that the path to prosperity through research and innovation is open if large scale action is taken now by their leaders before it is too late.

Creating an Innovative Europe; Aho Group Report

Durante a minha vida profissional tive ocasião de participar em vários projectos de investigação financiados por diferentes programas (PEDIP - Programa Especifico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa -, FCT – da Fundação para a Ciência e a Tecnologia -, ADI – da Agência de Inovação -, e INTERREG IIIB- Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III - Vertente B - Espaço Açores-Madeira-Canárias de 2000-2006, entre outros) e ganhei uma certeza: o real valor de um projecto (e do programa que o financia) reside mais nas mudanças que provoca do que das soluções imediatas que eventualmente proporciona. São as soluções a médio/longo prazo que maior impacto têm sobre a economia e o bem-estar da sociedade. A actual política económica europeia aposta numa economia baseada no conhecimento e a melhor forma de evoluir nesse sentido passa pelo crescimento da população com formação avançada (nível universitário) e na preparação da economia para absorver esta população. O investimento em IDTI (investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação) afigura-se como a solução adequada para alterar o actual paradigma do nível de formação da população e para a criação de novas áreas com impacto positivo na economia, pelo que os programas de financiamento ganham uma nova dimensão. Ainda que a visibilidade imediata seja sempre baixa, o real impacto do investimento em IDTI reflecte-se no futuro, na melhoria das qualificações da população, nas novas vertentes do crescimento e bem estar social, sendo fundamental para que a Região seja cada vez mais associada à sua capacidade de realização.

Ter um bom plano é importante, ter muitos planos é inútil ... A actual crise financeira internacional veio dar uma nova dimensão a esta frase bem conhecida da área da gestão, com o colapso dos modelos e planos de economia global e crescimento sustentável. Esse facto não nos deve impedir de analisar os objectivos socioeconómicos que pretendemos ver realizados no País e na Região, definir o modo e disponibilizar os meios de lá chegar. A economia portuguesa sempre se pautou por uma grande fragilidade, exigindo um grande esforço de sobrevivência e canalizando poucos recursos para mudanças profundas e estruturais. Também isso afectou a nossa cultura e, apesar de inseridos no espaço europeu, continuamos a ser mais reactivos que preventivos, conservadores no planeamento mas destemidos e de total envolvimento quando a mudança é assumida. A nossa história é fértil de períodos de grande incerteza e de realizações que nos ultrapassam. Neste contexto, talvez a maior dificuldade que temos de superar seja a da qualificação da nossa sociedade. Temos metade dos licenciados de outros países da Europa (incluindo os antigos países de leste), mas em vez da luta por encontrar soluções para esse atraso, desperdiçamos demasiado tempo com estatísticas e números de licenciados desempregados ou empregados fora da sua área de formação, passando sub-repticiamente para os jovens (e famílias) de que uma licenciatura tem um valor muito limitado, contribuindo ainda para aumentar o fosso com os outros países. Se o saber não ocupa lugar, é reconhecido que uma licenciatura é, de per si, um dos melhores investimentos que se pode fazer pelo retorno financeiro que pode proporcionar ao longo da vida. Mas, se não temos licenciados a mais, como se justifica essa ideia de dificuldade de empregabilidade dos nossos licenciados? Sem recorrer à estatística, a explicação mais simples passa pelo facto de grande parte da nossa economia não estar preparada para absorver um maior número de licenciados, em consequência da distorção entre o que se ensina e o nível de formação que o país actualmente necessita.

Um projecto PEDIP

Por um feliz acaso, tive ocasião de submeter e liderar um dos primeiros projectos submetidos ao PEDIP por uma empresa privada. A oportunidade criada com a entrada na UE e a vinda de verbas significativas para o relançamento da indústria nacional, criava uma oportunidade única de dar um salto qualitativo no departamento de controlo da qualidade de uma empresa farmacêutica, fabricando de princípios activos e com uma taxa de exportação de 99%. A necessidade crescente de aumentar a resposta de análise instrumental, nomeadamente a nível da cromatografia, incluindo o desenvolvimento e validação de novos métodos, exigia novas ideias e mais investimento. Tinha submetido à administração uma proposta de criação de um novo laboratório de investigação e desenvolvimento analítico (IDA), que correspondia a um investimento de cerca de 20% dos custos anuais de gestão do departamento, tornando difícil obter a aprovação definitiva.

O projecto veio proporcionar a aquisição de dois sistemas completos de HPLC e um espectrómetro de absorção atómica, destinados à defesa das patentes e apoio aos clientes. Esse laboratório foi posteriormente responsável pelo desenvolvimento de novos métodos de doseamento adoptados pela Farmacopeia dos Estados Unidos e contribuindo muito positivamente para a imagem da empresa e a sua cota nos mercados externos.

Esta distorção pode e deve ser combatida aproximando as universidades das empresas e as empresas das universidades, não só no que respeita a uma formação avançada, capaz de provocar uma mudança positiva da cultura das empresas, mas também no maior envolvimento no desenvolvimento de novos produtos, novas técnicas de produção e na inovação. Num recente encontro realizado pelo I-techpartner em Roma, sobre tecnologias da saúde, o representante da Merck & Co, fez um anúncio que era impensável há 10 anos atrás: a companhia vai atribuir 50% do seu investimento em investigação e desenvolvimento (cerca de 4000 M\$) para financiar projectos iniciados fora da empresa (nomeadamente em universidades e institutos de investigação). A empresa justifica a medida porque a quantidade de novos produtos desenvolvidos dentro da empresa se tornou insuficiente para manter a competitividade no difícil mercado da indústria farmacêutica, pelo que abre as portas a uma cooperação efectiva com todos os grupos de investigação que, podendo ter uma boa ideia, não têm os meios para a levar a termo. Esta abertura por parte de um sector económico habitualmente fechado, representa um grande passo a nível do outsourcing, já não para realizar tarefas estranhas à dinâmica da empresa (como limpezas, manutenção, segurança ...), mas numa área crucial para a sua própria existência: o desenvolvimento de novos produtos. Ser capaz de realizar esta mudança de cultura é um dos maiores desafios que actualmente se põem às empresas (mas também aos países e regiões). A Madeira apresentou na última década uma excelente utilização dos apoios europeus para o desenvolvimento, com destaque para a instalação das infra-estruturas fundamentais ao bem-estar da sua população e potenciando as suas actividades económicas, a ponto de ter saído do grupo de países de objectivo um. Se, por um lado, isso representa uma significativa perda de fundos comunitários, por outro, a Região possui agora o potencial para criar riqueza apostando nas áreas que definir como prioritárias. A Madeira atingiu um nível de conforto económico invejável a nível nacional e deve apostar agora em novos caminhos de desenvolvimento, definindo novos patamares e objectivos a atingir, tendo por base a qualidade dos seus serviços, a melhoria do seu capital intelectual e a procura da excelência pela inovação. Algumas destas metas já estão contempladas na estratégia de desenvolvimento da Região (PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social), sendo necessário ajustar as condições de as atingir e criar massa crítica susceptível de aumentar a competitividade.

Investir em IDTI: os programas de financiamento comunitário como factor de desenvolvimento económico

José Carlos Marques



Projectos de IDTI sobre Vinho Madeira

O primeiro projecto de investigação lançado na Universidade da Madeira tendo em vista melhorar o conhecimento científico e técnico do vinho Madeira foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e tinha por objectivo estudar compostos naturais das uvas com impacto no combate às pragas da vinha. Lançado antes da instalação dos laboratórios de investigação da Penteada, esse primeiro projecto criou a oportunidade de estabelecer as primeiras colaborações com a FEUP, de adquirir alguns equipamentos e fazer os primeiros trabalhos na área. Este projecto foi seguido pelo projecto IMPACT, financiado pela Agência de Inovação e realizado em colaboração com a Madeira Wine e a Escola de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, que foi o primeiro estudo focado na estufagem do vinho Madeira. Fundamental pelos ensinamentos que proporcionou e pelos alunos que envolveu, e que acabaram por continuar ligados ao estudo do Vinho Madeira, este projecto deu sequência a dois projectos financiados pelo Programa Interreg IIIB (co-financiado pelo FEDER), que tiveram um elevado impacto na capacidade instalada para os estudos do vinho Madeira, extensível à área da qualidade de produtos naturais e qualidade alimentar, e até na aprovação pela FCT de uma nova unidade de investigação na Universidade da Madeira. Para além do equipamento para os laboratórios de investigação, foi estabelecida uma excelente colaboração com as Universidades de La Laguna e Açores, que continua em desenvolvimento, foram publicados cerca de duas dezenas de trabalhos científicos sobre vinho Madeira e lançados três projectos de doutoramento na área. As oportunidades criadas por este financiamento foram enormes pelo conhecimento e meios que proporcionou e continuarão no futuro através de novos projectos e o envolvimento de mais investigadores e trazendo mais meios e conhecimento para a Região.

Os novos desafios do desenvolvimento

A política europeia na área da investigação e desenvolvimento está intimamente associada à Estratégia de Lisboa, de tornar a Europa na mais dinâmica e competitiva economia mundial baseada no conhecimento. Essa política já se reflectiu nas estratégias do 6º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico – I&DT) e no reforço dado ao reequipamento e reformulação das competências transmitidas pelas universidades, apontando para um modelo europeu, dinamizador de intercâmbios e capaz de competir com o modelo americano de formação avançada. Pretendia-se ainda tornar universidades, centros de investigação e pólos de inovação em parceiros “naturais” das empresas. Em 2005, houve um claro relançamento dessa estratégia, com impacto no actual 7º Programa-Quadro (7PQ), apontando para 4 objectivos fundamentais:

Colocar a investigação e a inovação no centro das políticas europeias; reconhecendo a necessidade de criar um quadro normativo europeu favorável ao aparecimento de novas ideias e dinamização do investimento privado, de modo a ultrapassar as divergências entre estados e promovendo a investigação e o recurso das empresas à tecnologia, conhecimento e capital necessários à exploração de novas oportunidades de mercado. As medidas definidas para atingir este objectivo passam por uma melhor regulamentação das novas tecnologias, a redistribuição das ajudas estatais para a investigação e a inovação, a maior eficiência e utilização da propriedade intelectual, a criação de um mercado único atraente para os investigadores, a utilização da contratação pública para incrementar a investigação e a inovação, bem como a melhoria e generalização dos incentivos fiscais.

A mobilização de fundos europeus para a investigação e inovação; admitindo-se a prioridade para a captação do investimento privado, a UE reconheceu que o investimento público é essencial para a criação de excelência e inovação nas empresas. As propostas canalizadas através do 7PQ, do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação (CIP) e dos Fundos Estruturais (FEDER), tendem a mobilizar os recursos públicos e privados para as tecnologias e o uso dos

fundos estratégicos para orientar a investigação e inovação.

Melhorar a investigação e inovação nas empresas; por se considerar que a investigação e inovação são geradoras de riqueza e crescimento, pretendendo melhorar a cooperação entre a investigação pública e privada e utilizando, quando necessário, o financiamento público para melhorar os serviços de apoio às empresas, de modo a fomentar a adopção de medidas tecnológicas e de inovação empresarial. Algumas medidas preconizadas passam pela intensificação das parcerias universidade-indústria, pela criação de pólos de inovação e agrupamentos industriais de investigação, a criação de serviços de apoio às empresas para estimular a investigação e inovação, a gestão da inovação e mudança social, o desenvolvimento de serviços inovadores e ainda a criação de um sistema europeu de acompanhamento da investigação e inovação industrial e de melhoria do capital intelectual.

Melhorar as políticas de investigação e inovação; tendo em vista a melhoria de eficiência e cooperação entre estados para criar crescimento económico mais sustentado e de maior empregabilidade. Para atingir esses fins, a UE advoga a adopção por parte dos estados da investigação e inovação como prioridades nas reformas para o crescimento e o emprego, a implementação de instrumentos de análise política e o apoio à aprendizagem e à cooperação. A Madeira adoptou uma política claramente convergente com estas políticas definindo, primeiro no PRAI-Madeira (Programa Regional de Acções Inovadoras) e depois no PDES, a necessidade de ... assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração na RAM de políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade de conhecimento. As RUP (Regiões Ultra-Periféricas), de que a Madeira faz parte, definiram também áreas importantes como a energia e água, a qualidade e gestão dos recursos naturais e as ciências da saúde, mas é através do PDES (2007-2013) que se assume a necessidade de criar mecanismos que acelerem o desenvolvimento regional, passando pelo apoio à consolidação de um cluster centrado na investigação, desenvolvimento

Investir em IDTI: os programas de financiamento comunitário como factor de desenvolvimento económico

José Carlos Marques

tecnológico e inovação (IDTI), orientado para a captação de investimento directo estrangeiro e atracção de competências externas.

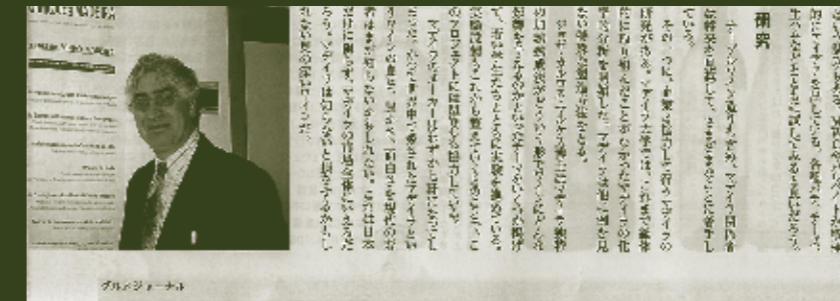
Os programas de financiamento, nomeadamente o POPRAM III (Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006), em vigor durante o 6PQ e apoiado pelos Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP), deram prioridade ao reforço da capacidade regional e à superação de insuficiências da base económica e social, com o INTERREG IIB a alargar a cooperação regional e internacional, e criando condições para a diversificação das actividades económicas que complementam e fortificam a nossa posição como destino turístico.

Para o período de 2007 a 2013, a Região estabeleceu um plano ambicioso de desenvolvimento tecnológico, com destaque para a manutenção do elevado ritmo de crescimento sustentável da sua economia. Promove-se ainda a importância da protecção ambiental, da coesão social e de um desenvolvimento equilibrado e em concordância com a Estratégia de Lisboa e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de qualificação da população, da valorização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação (PDES). Os actuais programas de financiamento, Programa Intervir + e o Programa Rumos, o Sistema de Incentivos designado por +Conhecimento ou PCT-MAC (Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias), criam uma oportunidade única de cumprir os objectivos do PDES e atingir 2014 com capacidade de intervenção a nível europeu com projectos inovadores. Também aqui, o real impacto dos actuais programas se medirá pela capacidade de intervenção desenvolvida tendo em conta o próximo programa quadro, nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas de apoio à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, susceptível de seduzir o investimento privado e a criação de empresas de base tecnológica focadas no lançamento de produtos de elevado valor acrescentado.

O papel dos programas de financiamento

A visão europeia de desenvolver uma economia com base no conhecimento, tende cada vez mais para que os recursos sejam canalizados para áreas geradoras de riqueza. Nesse sentido e com a perspectiva de continuar uma política de agregação, a tendência passa pelo aumento da cooperação inter-estados (e regiões) evitando a dispersão de meios e recursos, pela concentração e centralização da decisão, beneficiando ainda mais os projectos pan-europeus e o aumento da qualificação dos recursos humanos, de modo que os projectos sejam crescentemente inovadores e potenciadores da criação de novas riquezas.

Durante o presente período de programação, a Madeira necessita de dar sequência a esta nova fase do seu desenvolvimento que lhe permita aproveitar as sinergias criadas pelas infra-estruturas instaladas nos últimos anos e aspirar a criar um lugar próprio do desenvolvimento da Europa das regiões. O bom aproveitamento dos meios técnicos e humanos, de alguma forma dispersos, passa por uma gestão integrada e alinhada com a estratégia de desenvolvimento regional, criando condições para que a RAM seja capaz de atrair investimento e parcerias externas e posicionar-se como actor decisivo na produção científica nacional e comunitária, merecendo, por mérito próprio, os apoios necessários e ajustados que estarão disponíveis no próximo período de financiamento, a partir de 2014. O apoio dado à formação avançada tem aumentado o número de estudantes universitários que optam por estudar na Região, ou que aqui voltam após a sua formação, esperando encontrar oportunidades de trabalho compatíveis. Também o número de investigadores e estudantes de doutoramento tem vindo a aumentar significativamente, ganhando experiência e capacidade de trabalho autónomo de investigação e participando em projectos e colaborações nacionais e internacionais de grande impacto no futuro. A Região, que já criou uma boa rotina de uso dos fundos europeus, deve aproveitar este potencial humano de modo a diversificar as suas actividades económicas, apostando em áreas de elevado valor acrescentado e criando deste modo saídas para estes quadros de elevadas



Divulgação internacional do que se faz na Madeira

Extracto do artigo sobre Vinho Madeira publicado na Revista Gourmet Journal, 208 (2007)3, Japão

qualificações. Mas a Região deve também diminuir a dispersão de recursos (de modo a aumentar a massa crítica) aumentando a interacção entre empresas e prestadores de serviço e criando condições para captar investimento privado.

Os desafios que a Região terá de enfrentar são enormes mas nada nos impede de os ultrapassar e atingir os objectivos que pretendemos para a nossa sociedade. Neste processo, os programas de financiamento representam mais uma vez um papel fundamental, nomeadamente no que diz respeito aos incentivos às seguintes áreas:

A formação avançada dos recursos humanos - tendo em vista não apenas o aumento das competências gerais da população mas, sobretudo, a criação de novas competências nas áreas de interesse para o nosso desenvolvimento;

O apoio às empresas através de projectos inovadores e geradores de riqueza - levando a que as empresas procurem apoio à inovação quer instalando recursos próprios, quer recorrendo a centros tecnológicos e à universidade para aumentar a aceitação dos seus produtos e aumentar a sua competitividade;

Apostar em áreas de fronteira em que existam recursos humanos e meios técnicos capazes de as desenvolver - podendo envolver áreas genéricas seguras como a saúde, a energia ou o ambiente, é necessário promover a diferenciação nestas áreas com apostas claras em áreas de futuro, incluindo novos tratamentos, novas tecnologias, novos processos de produção energética e novos métodos de aproveitamentos dos recursos naturais (bioprospecção);

Apoio à internacionalização do que se faz na Madeira - privilegiando tudo o que nos projecta para o futuro, nomeadamente quando envolve projectos inovadores cuja abrangência vai para além da sua realização e que por si só contribuem para aumentar o conhecimento e a percepção positiva da região, incluindo as áreas intangíveis como a divulgação científica e tecnológica;

O incentivo à cooperação regional e internacional - para continuar a garantir o acesso aos fundos comunitários necessários ao desenvolvimento económico e social, nomeadamente através das RUP, apostando em áreas de interesse comum mas que, na Madeira, possam complementar com vantagem o que se faz noutras regiões;

A criação de uma plataforma tecnológica capaz de otimizar recursos - com meios técnicos e objectivos alinhados com a estratégia de desenvolvimento regional, virada para a investigação e desenvolvimento tecnológico e inovação das empresas, que as apoie e tenha um papel interventivo na captação de investimento privado.

O desenvolvimento destas áreas dará à Região novas ferramentas de diversificação do seu potencial económico, de incremento de sua imagem não só de prestador de serviços mas também de inovação e tecnologia. Os programas de financiamento de fundos europeus têm sido uma ferramenta fundamental na estratégia de desenvolvimento regional, provocando alterações profundas e positivas da sustentabilidade da nossa economia. A Região deve atingir 2014 com as competências que lhe permitam gerar riqueza e disputar os incentivos e apoios da UE em matéria de IDTI. A nossa competitividade assenta na conjugação de esforços que nos permitam reforçar a qualificação da população activa, de aumentar a massa crítica de modo a ter capacidade de realização, de apostar em áreas sustentáveis mas em que possamos marcar a diferença.

Documentação consultada

- Aho Group Report 2006 - Creating an Innovative Europe"; <http://ec.europa.eu/invest-in-research/>; Junho 2009
- 2005 - Communication 'More Research and Innovation - A Common Approach'; http://ec.europa.eu/invest-in-research/action/2005_communication_en.htm; Junho 2009
- PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para 2007-2013; http://www.idr.govmadeira.pt/pt/ficheiros/PDES2007_2013/PDESinterv/0Apres.pdf; Junho 2009
- FP7 - Seventh Framework Programme; <http://cordis.europa.eu/fp7/>; Junho 2009
- Enquadramento e perspectivas do desenvolvimento da biotecnologia e definição de áreas prioritárias de investigação tecnológica na Madeira; AD Abreu, JC Marques, Funchal, 2009

O Valor dos Números

Paulo Camacho

Jornalista

Na minha vida profissional de jornalista de economia lido diariamente com números. Com mais ou menos zeros, mas sempre em redor dos números. É muita informação que pode levar a descurar a relevância de alguma.

O caso dos fundos comunitários no novo quadro de financiamento enquadra-se neste âmbito. Temos de estar sempre cientes que, independentemente das fontes de financiamento que as empresas e as demais entidades possam conseguir para os seus projectos, qualquer euro que se obtenha para alavancar ou continuar com projectos são de primordial importância.

Todos sabem que existem fundos comunitários. Mas nem todos conhecem que há um trabalho de preparação numa primeira fase, e, depois, de gestão dos montantes conseguidos no sentido de os adequar aos projectos que mais se ajustem ao desenvolvimento.

Neste domínio, apesar dos cortes da União Europeia para áreas que a Região Autónoma da Madeira se habituou a receber como fatia relevante de financiamentos para diminuir as assimetrias neste arquipélago ultra-periférico da Europa, mantém-se o rumo. Não propriamente para as áreas que eram prioritárias nos primeiros anos da Autonomia, como as infra-estruturas que urgiam ser implementadas, mas para procurar manter o mais possível o crescimento sustentado da economia e do emprego. Uma tarefa ainda mais relevante numa economia mundial em crise e com um desemprego galopante no país.

Estamos, assim, perante um novo desígnio estratégico para o período 2007 – 2013. Um desígnio onde a região autónoma pretende assegurar em simultâneo a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial equilibrado. Uma estratégia que, recorde-se, está traduzida no seu Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES).

Enquadra-se igualmente no objectivo da Estratégia de Lisboa. Uma projecto ambicioso que visa uma Europa com um espaço competitivo à escala global. Isto sem interferir com a coesão social e a sustentabilidade ambiental, assim como com o desígnio estratégico assumido pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) na qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação e a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial.

Deste modo, importa centrar a atenção nos números a canalizar pela União Europeia que passaram a estar disponíveis para a Região Autónoma da Madeira até 2013. São os tais números com mais ou menos zeros, mas que fazem toda a diferença para alcançar as metas pretendidas neste caminhar sempre inacabado.

Assim, no âmbito da política de coesão da União Europeia, entre 2007 e 2013, temos, para o apoio transitório do objectivo da competitividade regional e do emprego, “phasing in”, os seguintes valores: 320,5 milhões de euros, financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que permitirão assegurar financiamentos totais de cerca de 450 milhões de euros, para o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Programa Intervir+); 125 milhões de euros, que permitirão assegurar financiamentos totais de 159 milhões de euros, financiados pelo Fundo Social Europeu (FSE) para o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM (Programa Rumos) e 100 milhões de euros financiados pelo Fundo de Coesão para o Programa Operacional Temático Valorização do Território – Eixo V – Redes e Equipamentos Estruturantes da RAM.

Por outro lado, no âmbito do objectivo cooperação territorial europeia existem 5,2 milhões de euros financiados pelo FEDER para o Programa de Cooperação Transnacional Madeira – Açores – Canárias.



Em termos históricos, e até para entroncar no que referi anteriormente, recorde-se que o Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, para o período 2000-2006, POPRAM III, enquadrava-se no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Social, do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III).

Tratava-se de um programa plurifundos, que beneficia de apoio comunitário no âmbito de quatro fundos estruturais: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação (FEOGA-O) e Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

No que se refere aos grandes objectivos estratégicos preconizados com a implementação do Programa anterior eram o reforço da competitividade e o posicionamento geo-estratégico da economia madeirense; a promoção do emprego e da empregabilidade do potencial humano e assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.

Como pilar dos vários fundos disponíveis temos o órgão gestor, o Instituto de Desenvolvimento Regional, pessoa colectiva de direito público que se encontra integrada na administração indirecta da Região Autónoma da Madeira, que resulta da extinção do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários.

Trata-se de um órgão tutelado pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, com competências na área do Planeamento, a quem fica cometida a missão de coordenação das actividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento regional, bem como a coordenação e gestão da intervenção dos fundos comunitários na Região Autónoma da Madeira.

O objectivo de uma intervenção mais abrangente, mais homogénea e mais consistente no contexto do desenvolvimento sócio-económico da Região Autónoma determinou que o Instituto de Desenvolvimento Regional congregasse as atribuições subjacentes à coordenação das actividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento regional e à coordenação e gestão da intervenção dos fundos comunitários no arquipélago.

Em jeito de remate, gostava que, depois de ter lido este texto, tenha assimilado o que pretendi ao escrevê-lo, de realçar a importância que se revestem os números, sobretudo dos fundos comunitários. Factor relevante ainda mais numa região ultra-periférica como a Madeira, com grandes assimetrias, a exigir um apoio contínuo, como direito consagrado, não só por parte da União Europeia, como do próprio Estado. Os números não são apenas uns, dois e três; são muito mais que isso.

Sistemas de Incentivos às PME's Uma janela de oportunidades O caso da Ad Mensuram Madeira, Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda.

António Abreu

Ad Mensuram Madeira - Sócio Gerente

O Sistema de Incentivo denominado EMPREENDINOV, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE) e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito do Programa Intervir+, do qual tivemos conhecimento por via da comunicação social e por contactos pessoais, foi a janela de oportunidade que necessitávamos para concretizar o nosso projecto empresarial numa área com enorme potencial como é a consultoria em gestão da energia, nomeadamente, desenvolver actividade no âmbito do Sistema de Certificação Energética e no uso racional da energia.

Após verificarmos que preenchíamos todos os pressupostos para candidatar-nos a nossa startup a este sistema de incentivo, iniciamos, de imediato, o projecto de candidatura. Nesta altura, foi relativamente fácil passarmos a projecto o que já tínhamos planeado aquando do arranque da empresa.

Após entrega do projecto de candidatura da Ad Mensuram Madeira, passaram-se dois meses e já estávamos a ser convocados para a defesa e discussão do mesmo, com técnicos do IDE. Mais dois meses e tivemos a resposta que a nossa candidatura fora aceite.

Este sistema de incentivo, da forma como está elaborado, é fundamental para alavancar projectos empresariais que sejam, de alguma maneira, inovadores, salientando aqui, que mudei completamente a minha opinião sobre o funcionamento dos programas de incentivo após verificar que estes funcionam de facto. A minha ideia preconceituosa sobre os mesmos fundamentava-se naquilo que ouvia na praça pública, em que os sistemas de incentivo eram postos em causa pela sua extrema burocracia e complexidade...

Hoje, alteramos completamente a nossa opinião sobre os mesmos e reafirmamos que o EMPREENDINOV é de facto uma grande oportunidade para quem se quer lançar em projectos empresariais.

A única sugestão ao nível deste programa de incentivo, não diz directamente respeito ao programa em si, traduz-se numa crítica às instituições bancárias, pois não conseguem desenvolver produtos em que jovens empreendedores possam rapidamente executar os seus projectos. Por exemplo, houve uma instituição bancária que apoiava o nosso projecto no montante que necessitávamos desde que depositássemos o mesmo montante por forma a garantir o empréstimo.

A minha sugestão vai no sentido de serem desenvolvidas parcerias e mecanismos entre as instituições públicas que gerem os programas de incentivo e a banca, no sentido de reforçarem os méritos dos projectos já apoiados para que mereçam uma atenção das instituições financeiras ou associações de business angels, capitais de risco, ou outras para fins de financiamento.

Neste momento e após uma alteração da estrutura societária, que atrasou todo o processo, estamos a iniciar a execução do projecto, contando que até ao final do ano teremos tudo executado dentro dos parâmetros contratados com o IDE.

Em relação ao projecto em si, a Ad Mensuram Madeira, devido à sua actividade essencialmente técnica, teve a necessidade de adquirir muitos equipamentos de medida, para analisar energia sob as suas diferentes formas, tais como: equipamentos de medida de qualidade do Ar, equipamentos de medida de gases, software de simulação energética de edifícios. Para além dos equipamentos, decidimos adquirir o uso da Marca Ad Mensuram – Jesus Ferreira Consultores, por ser uma das mais reputadas marcas nacionais no âmbito da consultoria em energia e por acreditarmos que esta parceria nos vai diferenciar no mercado regional pela mais valia do *know how* que aporta.

Em relação aos recursos humanos, já celebramos um contrato de trabalho com um jovem engenheiro e contamos até ao final do ano proceder ao recrutamento de outros dois. Outra das vantagens de estarmos ligados a uma empresa de âmbito nacional é a facilidade em formarmos jovens quadros técnicos regionais numa das áreas mais decisivas para a economia regional como é a economia de energia e o uso racional da energia.



Resistência à mudança

A grande barreira que enfrentamos no primeiro ano de actividade da empresa prende-se com as mentalidades. Tem sido um trabalho árduo tentar explicar ao mercado que a consultoria em questões de energia, como é o caso de auditorias energética em edifícios, instalações técnicas, consultoria em projectos, uso racional da energia, não é um custo mas sim um investimento.

Os promotores e empresários regionais ainda encaram estes serviços como um custo desnecessário, mas esquecem-se que muito facilmente recuperam os valores investidos neste âmbito com uma consultoria independente e que acrescente valor.

Este projecto nasceu com a necessidade de dar resposta ao novo quadro legal da certificação de edifícios, mas vai muito para além disso, pois oferece ao mercado, sobretudo, ao parque de grandes edifícios de serviços públicos e privados consultoria em melhorar projectos com um grande objectivo, reduzir a factura energética. Para além disso, apoiamos promotores públicos e privados na concepção de projectos em energias alternativas, co e trigeração, redes urbanas de frio e calor e todas estas valências alicerçam-se na experiência do nosso sócio de referência, o Eng^o João de Jesus Ferreira.

A título de exemplo, fomos consultados por um promotor para produzirmos um trabalho de consultoria a um projecto de construção de uma unidade hoteleira no qual, em parceria com o gabinete de projectos, analisamos, não só, todas as soluções construtivas do edifício, bem como, todas as instalações técnicas: o Ar Condicionado, as Centrais Térmicas, Electricidade e Águas. Ainda em fase de projecto com as soluções por nós preconizadas, medidas, orçamentadas e postas em comparação com os dados de consumos disponíveis para Hotéis de 4 e 5 estrelas, concluiu-se que este novo Hotel irá consumir 62% menos energia do que a média do sector.

O novo paradigma que hoje divulgamos é que existem ferramentas disponíveis para podermos fazer simulações dinâmicas e prevermos todos os consumos energéticos que um edifício vai ter antes das decisões de investimento. Este é o nosso enfoque, esta é a nossa missão:

“A satisfação e a confiança são valores que pretendemos partilhar com os nossos colaboradores e clientes, através de uma atitude sistémica de fidelidade, cooperação e voluntarismo. Alicerçamos as nossas vantagens competitivas na inovação tecnológica e comportamental, na competência dos nossos quadros e na capacidade de acrescentar inovação, excelência e valor aos serviços prestados, contribuindo de forma activa e significativa para o aumento da produtividade da economia madeirense”.

Espaço Actualidade

Espaço informativo sobre a aplicação dos Fundos Comunitários na Região.

Aqui dá-se conta da aplicação dos Programas em vigor (2007-2013), designadamente: os Programas Operacionais Regionais (Intervir+ e Rumos), o Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT)/Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira e o Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias (Programa MAC).

Contem, ainda, informação sobre os dois Programas do anterior período de financiamento 2000-2006, que encerrou em Junho deste ano: Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III) e o PIC INTERREG IIIB.



Executar e cumprir as metas dos Programas Operacionais Um desafio colectivo

Sílvia Costa

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional

A implementação da Política de Coesão para o período 2007/2013, tem-se constituído num processo complexo no que concerne à formulação de todos os aspectos normativos, jurídicos e operacionais, assim como, muito fértil e enriquecedor em experiência e conhecimento, no que respeita à vertente de integração desta Política na estratégia de desenvolvimento das Regiões. Relativamente à Região Autónoma da Madeira (RAM), o actual período de programação desenvolve-se num plano em que foram incontornáveis três factores que tiveram amplas repercussões a vários níveis, designadamente:

O Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007/2013 (PDES), reflecte um conjunto de propostas estratégicas que têm como objectivo proporcionar uma reorientação progressiva do modelo de desenvolvimento sócio-económico, passando-se de uma fase em que a incidência maior se concentrava nas infra-estruturas, para um modelo de consolidação e sustentabilidade da economia, baseada numa filosofia de maior competitividade e na criação de outros pólos de desenvolvimento, para além dos tradicionais, que permitam diversificar a economia;

Ao nível da estruturação dos Programas co-financiados pela União Europeia (UE), com alterações significativas no âmbito das elegibilidades, surgindo com particular destaque, tipologias de projecto compatíveis com as áreas emergentes da Estratégia de Lisboa;

Ao nível dos recursos financeiros, verificando-se uma forte redução na atribuição de montantes à Região.

Foi este o quadro que as Autoridades Regionais tiveram como referência para a formulação e concepção das propostas dos Programas Operacionais.

A implementação dos Programas constituiu um processo moroso, realçando-se em particular, todos os procedimentos tendentes à formulação e definição de toda a regulamentação nacional, regional e a específica das próprias Autoridades de Gestão. Todos estes normativos foram posteriormente plasmados para os Sistemas de Gestão e Controlo, dos diversos Programas, que por sua vez foram submetidos à Autoridade de Auditoria (Inspeção Geral de Finanças) cujo parecer de conformidade era essencial para que a Comissão Europeia (C.E.) aceitasse os normativos de cada Programa. A RAM, neste capítulo, teve os Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas Intervir+ e Rumos aprovados pela C.E. em 03/04/2009 e 18/03/2009, respectivamente, sendo dos primeiros Programas a nível nacional a obterem a já referida aprovação por parte da C.E.. Sublinhe-se que a aprovação destes documentos era indispensável para que fosse possível a certificação de despesa à C.E. e desta forma efectuar pedidos de pagamento.

É, pois, com o início do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), um período extremamente difícil, dado o grande volume de trabalho e naturais indefinições que resultam do estabelecimento de um novo período de programação, que se registaram alterações de alguma profundidade o que obrigou, a todos os níveis, a reformulações significativas. Muito naturalmente, a implementação dos Programas sofreu atrasos de algum modo consideráveis, no que respeita às aprovações, e por conseguinte, ao nível da execução. Todavia, foram aprovados os primeiros projectos em 12/03/2008 no âmbito do Programa Rumos e 04/04/2008 no Programa Intervir+, facto de grande relevância para que se possam atingir os objectivos de execução que a C.E. impõe, mas sobretudo, um reforço da capacidade da Região em alavancar projectos cuja realização se traduza num importante impacto para o seu desenvolvimento.

A dinâmica de apresentação de candidaturas tem sido considerável face ao contexto difícil que se vive, sendo que, no que concerne à execução, os indicadores são menos positivos, não só pelo contexto da crise global que se vive, mas também pelo facto de ainda não estarem normalizados os fluxos financeiros com a C.E.. Nesta oportunidade, deixo uma chamada de atenção aos vários operadores para que seja dada a máxima prioridade na execução dos projectos co-financiados.



Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava / SRES



Entredentes, Lda. / Apoios ao Emprego

Como nota final, poder-se-á afirmar que os Programas Operacionais da Região encaminham-se para uma situação de “velocidade cruzeiro”, no sentido em que a sua aplicação constitui um elemento decisivo para o desenvolvimento da Região.

O Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), como organismo da Administração Pública, responsável pela Gestão dos Fundos Estruturais, tudo fará para que os Programas Operacionais sejam executados de acordo com os normativos, enquadrando os projectos que melhor se adequem à prossecução da estratégia de desenvolvimento da Região.

Obviamente que todo o nosso trabalho está dependente do desempenho de todos quanto têm responsabilidade pela execução dos projectos e do apoio, daqueles que têm capacidade de decisão, terão que prestar. Executar e cumprir as metas dos Programas Operacionais no âmbito do QREN é acima de tudo um desafio colectivo, pelo que para atingirmos esse objectivo, é absolutamente indispensável uma grande envolvimento e participação efectiva dos vários agentes que nos vários patamares participam nas várias (muitas) operações inerentes à intervenção dos Fundos Comunitários.

Programa Intervir+ Um Instrumento para o Desenvolvimento Sócio-Económico da Região

Sílvio Costa

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional

O Programa Intervir+, que concretiza a intervenção do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) na Região Autónoma da Madeira (RAM), é um instrumento de grande importância para o seu desenvolvimento sócio-económico. É um Programa constituído por seis Eixos¹, que reflectem no seu conjunto as alterações que o actual modelo de desenvolvimento da Região apresenta, bem como, as mudanças que advêm do posicionamento da RAM no Objectivo II - Competitividade Regional e Emprego - no âmbito da Política de Coesão da União Europeia (UE). Há um reforço efectivo em medidas que promovam e apoiem projectos que contribuam para que se desenvolva e consolide na Região uma envolvente caracterizada por uma cultura de Inovação, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Competitividade e de respeito e preservação do Ambiente.

É prosseguir um rumo que permita rentabilizar, de uma forma cada vez mais eficiente, o desempenho da economia da Região a qual teve um enorme impulso nas últimas décadas, permitindo que se criem condições para o crescimento sustentado dos factores que induzam a um desenvolvimento sócio-económico estruturante, que passa pela dinamização contínua da nossa capacidade competitiva e na promoção de outros sectores que promovam uma diversificação da nossa economia. Será uma forma de garantir níveis de emprego compatíveis com os últimos anos e proporcionar a todos os habitantes da Região uma terra de oportunidades. O Programa Intervir+ é um instrumento valiosíssimo, para apoiar projectos que se enquadrem nesta lógica de desenvolvimento, pelo facto de conter, na sua essência e orientação de operacionalização, premissas que obrigam os responsáveis pela sua Gestão a cumprirem escrupulosamente todos os normativos definidos pela União Europeia (UE).

O atraso significativo que os Programas registaram na sequência da transição do Quadro Comunitário de Apoio III 2000/2006 para o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 (QREN), nos quais se inclui o Programa Intervir+, não permitiu a aprovação de projectos no início do período de programação (Janeiro de 2007), tendo-se iniciado apenas a partir de Abril de 2008.

De acordo com o Quadro seguinte, Ponto de Situação do Programa Intervir+ (desde 4 de Abril de 2008 a 31 de Agosto de 2009), a execução apresenta ainda níveis manifestamente baixos, com uma taxa de compromisso de 21,48% e uma taxa de execução de 4,76%, resultado, em grande parte, do contexto global que tem afectado de forma significativa a capacidade de investimento dos principais promotores.

Ponto de Situação do Programa Intervir+

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	"Programação Financeira 2007-2013 (PR)"			"Aprovações (AP)"			"Execução (EX)"			"Ind. financeiros (Fundo) %"	
	"Investimento/ Custo total elegível"	Despesa Pública	Fundo Comunitário	"Investimento/ Custo total elegível"	Despesa Pública	Fundo Comunitário	"Investimento/ Custo total elegível"	Despesa Pública	Fundo Comunitário	"Taxa de compromisso (AP/PR)"	"Taxa de execução (EX/PR)"
Total Programa Operacional	449.952.603,00	449.952.603,00	320.549.004,00	111.125.032,81	106.088.159,71	68.863.782,91	25.818.220,01	25.818.220,01	15.252.174,49	21,48%	4,76%
EP1 - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834,00	43.740.834,00	34.992.667,00	18.966.047,39	17.660.649,87	13.654.084,26	620.599,73	620.599,73	496.479,79	39,02%	1,42%
EP2 - Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233,00	61.840.233,00	49.472.186,00	18.674.383,95	14.942.908,37	8.977.681,32	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	18,15%	1,01%
EP3 - Desenvolvimento Sustentável	89.178.251,00	89.178.251,00	71.342.601,00	3.063.070,42	3.063.070,42	2.450.456,34	0,00	0,00	0,00	3,43%	0,00%
EP4 - Coesão Territorial e Governação	114.896.874,00	114.896.874,00	91.916.874,00	33.259.136,50	33.259.136,50	23.468.597,32	9.620.298,87	9.620.298,87	6.679.722,51	25,53%	7,27%
EP5 - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352,00	132.649.352,00	66.324.676,00	32.214.490,55	32.214.490,55	16.107.245,27	13.756.431,51	13.756.431,51	6.878.215,76	24,29%	10,37%
EP6 - Assistência Técnica	7.647.059,00	7.647.059,00	6.500.000,00	4.947.904,00	4.947.904,00	4.205.718,40	820.889,90	820.889,90	697.756,43	64,70%	10,73%



Parque Empresarial da Ribeira Brava / Madeira Parques Empresariais, S.A.



Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo da Visconde Cacongo (em Santa Maria Maior) / SRES

Porém, actualmente assiste-se a uma dinâmica de candidaturas que deixam antever que em breve o Programa Intervir+ venha a atingir indicadores de compromisso e realização compatíveis com as obrigações inerentes aos normativos comunitários.

A Autoridade de Gestão do Intervir+, ciente da importância que este Programa tem para a Região, continuará a desenvolver todos os esforços que conduzam a um aproveitamento integral dos recursos disponibilizados pela UE e que essa utilização se compatibilize, de forma clara e objectiva, com os desígnios estratégicos definidos pela Região no seu modelo estratégico, o Plano de Desenvolvimento Económico e Social.

PS.: Consulte **Espaço Projectos** – Pág. 58

www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia

1 - Nível de programação em que se subdivide um programa operacional e que corresponde a uma das prioridades da estratégia do programa, incluindo um grupo de operações relacionadas entre si e com objectivos específicos quantificáveis.

Os Sistemas de Incentivos Ao Investimento na Região Autónoma da Madeira

Jorge Faria

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Os índices de desenvolvimento económico e social verificados nos últimos anos levaram a Região Autónoma da Madeira (RAM) a assumir, perante a União Europeia (EU), o estatuto de região “phasing in”, o que implicou uma diminuição significativa no envelope financeiro disponibilizado à RAM.

Não obstante esses constrangimentos, a Vice-Presidência do Governo, através do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE) tem vindo a disponibilizar ao tecido empresarial regional um conjunto de instrumentos de apoio ao investimento, especialmente dirigidos a micro, pequenas e médias empresas. Esses sistemas de incentivos, integrados no âmbito do Programa Operacional Intervir+, pretendem sobretudo fomentar e estimular o investimento em projectos empresariais nos diversos sectores de actividade económica de forma a garantir a continuação da política de modernização e de revitalização das empresas regionais, potenciando de forma efectiva todo o investimento realizado na envolvente empresarial.

A estratégia subjacente à definição das políticas de fomento do investimento empresarial baseou-se numa formatação diferenciada dos instrumentos de apoio, de acordo com as necessidades específicas das empresas. Assim, e com o suporte legal do Decreto Legislativo Regional N.º 22/2007/M de 7 de Dezembro, que definiu as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio às empresas, foram criados vários sistemas de incentivos ao investimento:

- SIRE – Sistema de incentivos à Revitalização Empresarial
- EMPREENDINOV – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação
- + CONHECIMENTO – Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- QUALIFICAR + – Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial
- SI-TURISMO – Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística

Considerando a actual conjuntura económica e financeira não ser fomentadora de fortes investimentos empresariais, foram, no entanto, já aprovados um total de 44 candidaturas aos sistemas de incentivos acima enunciados:

Gráfico 1 – Distribuição dos projectos aprovados pelos Sistemas de Incentivos.

A grande maioria dos projectos aprovados (cerca de 90%) refere-se a projectos do SIRE (27) e do EMPREENDINOV (12). Isto significa que a economia regional, neste período, demonstrou estar mais receptiva a investir em pequenos projectos empresariais que visam a respectiva modernização, racionalização e inovação. De referir que, até ao final do primeiro semestre de 2009, não foi ainda aprovada qualquer candidatura ao QUALIFICAR +.

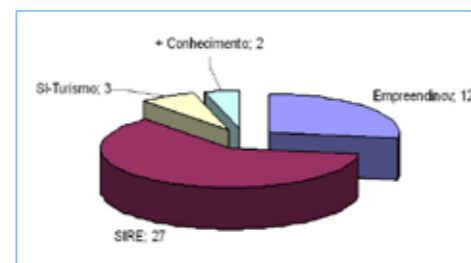
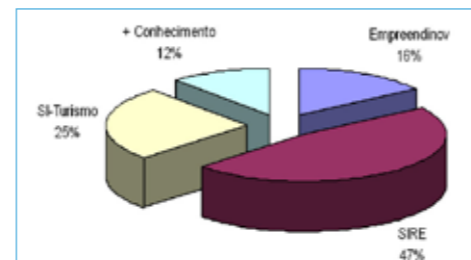


Gráfico 2 – Distribuição percentual do investimento total previsto pelos Sistemas de Incentivos.

A maior percentagem do investimento total previsto nos projectos aprovados é pertença também do SIRE e do EMPREENDINOV, que, no conjunto, representam 63% do total. O + CONHECIMENTO e o SI-TURISMO, não obstante referirem-se a apenas 5 projectos representam 37% do investimento previsto. Isto deve-se porque estes dois últimos sistemas de incentivos



Unidade de tratamento de resíduos de lavagem de lamas / Cortpedra - Extracção e Comércio de Pedra, Lda.



Ad Mensuram Madeira, Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda.

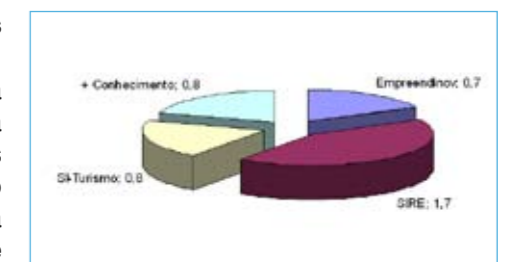
estejam formatados para o apoio a projectos de investimento de maior dimensão.

Considerando os projectos já aprovados, que representam uma intenção de investimento total na ordem dos 10,3 milhões de euros, o incentivo total a atribuir a esses projectos ascende a 4 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma pelos sistemas de incentivos:

Gráfico 3 – Distribuição do incentivo total (milhões de euros) pelos Sistemas de Incentivos.

O incentivo total previsto atribuir pelos projectos já aprovados tem maior expressão no SIRE onde está prevista a atribuição de um total de 1,7 milhões de euros. Os outros sistemas de incentivos irão distribuir pelos seus respectivos projectos uma fatia relativamente idêntica na ordem dos 0,8 milhões de euros.

É importante referir que os 44 projectos já aprovados prevêem a criação de uma total de 234 novos postos de trabalho, o que, na actual conjuntura, constitui factor importante para o fortalecimento da coesão social na Região Autónoma da Madeira.



P.S.: Consulte **Espaço Projectos** – Pág. 60

www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia

Programa Rumos Educação e Formação Com elevado nível de adesão

Sara Relvas

Directora Regional de Qualificação Profissional

No âmbito do Programa Rumos - Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira (RAM) - e no que respeita à actividade do Eixo I "Educação e Formação", podemos destacar que, em termos globais, já foram candidatados um total de 780 projectos, correspondentes a um investimento total de 145.071.616,00 milhões de euros, se considerarmos que o montante total programado para o período 2007-2013 é de cerca de 116.625.000,00 milhões de euros, podemos constatar a excelente dinâmica que este Eixo tem obtido junto dos seus potenciais beneficiários.

Este nível da adesão tem tido como consequência, um nível muito elevado de selectividade dos projectos aprovados, traduzida numa taxa global de cerca de 31%, a que correspondem 280 projectos aprovados, num investimento total de 48.394.642,00 milhões de euros.

Saliente-se ainda que existem candidaturas apresentadas e aprovadas na totalidade das tipologias de operação que constituem o Eixo, facto este que traduz o correcto desenho do mesmo, em relação às necessidades da RAM, em termos de formação profissional.

Numa análise pelas principais áreas de intervenção que constituem o Eixo 1, podemos destacar a Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida com 622 projectos candidatados, dos quais 165 estão aprovados. Estes projectos com um investimento total de 22.647.681,00 milhões de euros, correspondem a 807 cursos de formação, que vão envolver cerca de 34.000 formandos. Podemos destacar nesta área o apoio aos Centros Novas Oportunidades existentes na RAM, em que se esperam envolver perto de 5.000 adultos em processos de reconhecimento, Validação e certificação de Competências.

Em relação à Qualificação Inicial, respeita ao apoio aos sistemas de dupla certificação profissional e escolar para jovens, existem 60 projectos aprovados, que totalizam um investimento de 20.242.167,00 milhões de euros, traduzem-se no apoio a 186 cursos de formação, com 3.240 formandos envolvidos. Nesta intervenção podemos referir o apoio aos cursos de Educação e Formação, promovidos por entidades públicas e privadas, os quais já totalizam 73 cursos, com 1.115 jovens em formação.

Por último, encontramos a Formação Avançada, em que temos 25 projectos aprovados, com um investimento de 5.504.794,00 milhões de euros, com um total de 720 formandos e bolseiros envolvidos. Esta área tem como principal objecto a concessão de bolsas para frequência de formação especializada, nomeadamente Mestrados, Doutoramentos e Pós-graduações, havendo já 600 bolseiros apoiados.



Sistema de Aprendizagem (curso de Mecânica) / DRQP

Área de Interv.	Tipologias de Operação	Projectos Candidatados		Projectos Aprovados			Taxa de Aprov. Proj. %	Cursos	Formandos
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	F SE			
Qualificação Inicial	Sistema Aprendizagem	4	3.111.270	2	1.821.620	1.457.296	50	13	169
	Cursos Profissionalizantes	27	19.965.993	12	10.548.511	8.390.812	44	66	1.393
	Cursos de Educação e Formação	88	15.566.529	40	5.390.209	4.287.951	45	73	1.113
	Cursos de Especialização Tecnológica	10	5.741.480	3	1.078.797	861.401	30	6	110
	Educação Especial e Reabilitação	4	1.706.522	3	1.403.030	1.122.424	75	28	457
		133	46.091.794	60	20.242.167	16.119.884	45	186	3.242
Área de Interv.	Tipologias de Operação	Projectos Candidatados		Projectos Aprovados			Taxa de Aprov. Proj. %	Cursos	Formandos
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	F SE			
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Qualificação / Reversão / Aperfeiçoamento e Espec.de Activos	248	19.618.433	53	3.502.929	2.023.746	21	216	7.147
	Profissional da Administração Pública	52	8.713.902	16	1.519.305	1.215.444	31	236	7.000
	Formação - consultoria	20	8.470.486	13	6.584.873	5.224.506	65	0	0
	Formação de Docentes e Formadores	90	4.824.760	28	1.592.056	1.271.136	31	307	11.182
	Formação de adultos	190	45.574.155	37	6.347.682	5.076.064	19	48	3.514
	RVCC	6	2.390.898	6	2.069.970	1.655.976	100	0	4.986
	Recursos e Materiais Didácticos	16	3.291.031	12	1.030.866	824.693	75		
		622	92.883.664	165	22.647.681	17.291.565	27	807	33.829
Área de Interv.	Tipologias de Operação	Projectos Candidatados		Projectos Aprovados			Taxa de Aprov. Proj. %	Cursos	Formandos
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	F SE			
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	3	452.171	3	250.329	200.263	100	0	80
	Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Dout. e Pós-Doutoramento	7	3.449.961	7	4.574.340	3.659.472	100	0	520
	Cursos de Formação Avançada	14	1.659.682	4	145.781	75.741	29	4	94
	Projectos de Investigação	1	534.344	1	534.344	427.475	100	0	27
		25	6.096.158	15	5.504.794	4.362.951	60	4	721
Total		780	145.071.616	240	48.394.642	37.774.400	31	997	37.792

P.S.: Consulte **Espaço Projectos** - Pág. 62

www.idr.gov-madeira.pt/rumos/

Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região

Programa Rumos Emprego e Coesão Social: Um breve balanço

Sidónio Fernandes

Presidente do Instituto de Emprego da Madeira

A estratégia adoptada para os anos 2007-2013 centra-se num papel cada vez mais activo dos Serviços de Emprego, neste caso da Secretaria Regional de Recursos Humanos, através do Instituto de Emprego da Madeira (IEM).

É no quadro da necessidade de medidas políticas que actuam do lado da oferta fazendo crescer o volume destas, e no lado da procura criando oportunidades para uma mais fácil integração dos que procuram emprego, sobretudo os que têm dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho, que as medidas activas são lançadas.

Procura-se uma gestão mais preventiva do desemprego, sobretudo o longa duração, apoiando e incentivando os desempregados inscritos neste Instituto, a encontrar um emprego de acordo com as suas habilitações académicas e profissionais, na promoção e na reconversão dos empregos e na diminuição da precariedade no emprego, através da implementação de novas medidas activas de emprego ou de reformulação das existentes.

Vertentes de Intervenção	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento/Tipologias	Sub-tipologias
2.1 Transição para a Vida Activa	2.1.1 Estágios Profissionais	2.1.1.1 Estágios Profissionais 2.1.1.2. Estágios na Europa
2.2 Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	2.1.2 Assistência e Orientação para a Inserção na Vida Activa	2.1.2.1 Assistência e Orientação para a Inserção na Vida Activa
	2.2.1 Apoios à Contratação	2.2.1.1 Apoios à Contratação 2.2.1.2. Incentivos à Contratação
2.3 Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos Face ao Mercado de Trabalho	2.2.2 Apoios à Criação do Próprio Emprego	2.2.2.1 Apoios à Criação do Próprio Emprego 2.2.2.2 Criação do Próprio Emprego
	2.2.3 Prémios à Autocolocação	2.2.3.1 Prémios à Autocolocação
	2.2.4 Iniciativas Locais de Emprego	2.2.4.1 Iniciativas Locais de Emprego 2.2.4.2. Apoio aos Desempregados Empreendedores
	2.2.5 Formação/Emprego	2.2.5.1 Formação/Emprego
	2.2.6 Clubes de Emprego	2.2.6.1 Clubes de Emprego 2.2.6.2 UNIVAS
	2.2.7 Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	2.2.7.1 Apoio à Substituição Temporária de Trabalhadores
	2.2.8 Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego	2.2.8.1 Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	2.3.1 Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	2.3.1.1 Vida e Trabalho
	2.3.2 Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência	2.3.2.1 Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência
	2.3.4 Ocupação de Desempregados	2.3.4.1 Programa Ocupacional de Desempregados 2.3.4.2 Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados
	2.3.5 Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	2.3.5.1 Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Para a concretização desta estratégia concorrem as verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), consubstanciado no Programa Rumos - Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, Eixo 2 "Emprego e Coesão Social", e do esforço financeiro regional. Em termos de vertentes de intervenção, domínios e tipologias, o Eixo 2 "Emprego e Coesão Social" está estruturado da seguinte forma:

O orçamento regional anual a afectar às políticas activas envolve um montante de 8 milhões de euros anual, que poderá ser reforçado em função da avaliação sistemática que se pretende efectuar nestes próximos anos.

1. Situação do Mercado de Emprego

A Região possui uma taxa de emprego superior à média da União Europeia a 27 países, situando-se em 66,1% no ano de 2007. Para o mesmo período a taxa nacional de emprego era de 67% e a média europeia de 65,4%. No ano 2008 a taxa de emprego regional situa-se nos 67%, mais 0,9 pontos percentuais que no ano anterior.

ANOS	Taxa de Emprego Global	Taxa de Emprego das Mulheres
2005	67,6	60,4
2006	66,8	59,4
2007	66,1	60,4
2008	67,0	61,3

Fonte: Estatísticas do Emprego - DREM

A taxa de emprego das mulheres situou-se em termos médios em 61,3%, valor este superior à meta fixada na Cimeira de Lisboa para 2010 (60%).

Quanto à taxa de desemprego, a Região tem registado uma tendência negativa, a que não é alheio a conjuntura desfavorável dos últimos anos, tendo atingido 6% em 2008. Este indicador, apesar da subida, mantém-se num nível baixo, em especial se comparado com as médias europeia e nacional que se situaram em 7,6% e 7% respectivamente.

ANOS	MADEIRA	PORTUGAL	Médias Anuais
			UNIÃO EUROPEIA
2005	4,5	7,6	8,9
2006	5,4	7,7	8,2
2007	6,8	8,0	7,1
2008	6,0	7,6	7,0

Fonte: Estatísticas do Emprego - DREM

A população empregada atingia em 2008, 118.499 indivíduos dos quais 62.678 eram homens (52,9%). Cerca de 66,5 % da população empregada exerce a sua actividade no sector dos Serviços (78.764 indivíduos), e destes 58,7 % são do sexo feminino. No total da população empregada contavam-se 11.567 jovens com menos de 25 anos.

No que concerne ao desemprego registado e de acordo com os dados do IEM, o comportamento da procura de emprego apresenta, nos últimos anos, uma tendência para o crescimento, situando-se no final de Dezembro de 2008 em 9302, mais 6,0 pontos percentuais que em 2007. O peso relativo das mulheres no desemprego registado, no ano de 2008, decresceu 7,7 pontos percentuais em relação a 2006, sendo que este em 2008 representava 43,7% do total de inscritos.

Programa Rumos Emprego e Coesão Social: Um breve balanço

A evolução do desemprego de longa duração tem acusado uma certa estabilidade situando-se no final de 2008 em 30,7%.

Quanto ao grau de habilitações literárias verifica-se que 59,6% dos indivíduos à procura de emprego possuem como habilitação máxima o 1º e 2º ciclo do ensino básico, o que dificulta a tarefa da sua integração no mercado de trabalho.

Desemprego registado por género, g etarios, duração do desemprego

	2006		2007		2008	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
TOTAL	8.464	100,0	8.773	100,0	9.302	100,0
HOMENS	4.111	48,6	4.505	51,4	5.235	56,3
MULHERES	4.353	51,4	4.268	48,6	4.067	43,7
JOVENS	1.640	100,0	1.584	100,0	1.654	100,0
HOMENS	641	39,1	665	42,0	780	47,2
MULHERES	999	60,9	919	58,0	874	52,8
ADULTOS	6.824	100,0	7.189	100,0	7.648	100,0
HOMENS	3.470	50,8	3.840	53,4	4.455	58,3
MULHERES	3.354	49,2	3.349	46,6	3.193	41,7
DES. CURTA DURAÇÃO	5.747	100,0	5.856	100,0	6.450	100,0
HOMENS	2.865	49,9	3.032	51,8	3.597	55,8
MULHERES	2.882	50,1	2.824	48,2	2.853	44,2
DES. LONGA DURAÇÃO	2.717	100,0	2.917	100,0	2.852	100,0
HOMENS	1.246	45,9	1.473	50,5	1.638	57,4
MULHERES	1.471	54,1	1.444	49,5	1.214	42,6

Considerando o registo negativo que o desemprego registado tem apresentado nos últimos anos comparativamente à evolução desejada para o crescimento do emprego foram intensificadas as medidas activas de emprego no sentido de proporcionar experiências profissionais e/ou emprego para os desempregados.

Nesta linha de actuação, os domínios de intervenção do IEM têm incidido em segmentos específicos da população com maiores dificuldades de resolução de problemas de emprego.

2. Balanço das Medidas Activas de Emprego (2007-2008)

As medidas activas de emprego desenvolvidas nos últimos anos têm por objectivos nomeadamente proporcionar uma experiência profissional a jovens qualificados, contribuído para um menor afastamento do mercado de trabalho dos desempregados, através de programas ocupacionais, incentivado a criação de postos de trabalho por parte das entidades e desenvolvido o espírito empreendedor através de apoios financeiros para criação do próprio emprego ou empresa.

Estas medidas, desde a informação e orientação profissional à colocação e até à concessão de apoios financeiros, para o período 2007-2008, atingiram uma despesa total na ordem dos 9.719



Apoio ao Emprego / Global Kids, Lda.

Milhares de Euros e beneficiaram 2.584 pessoas.

Cerca de 28,3 % dos destinatários eram jovens (menos de 25 anos) e 28,5% são desempregados de longa duração.

Relativamente aos últimos dois anos, 2007 e 2008 verificou-se que, do total dos abrangidos nestes anos, 18,8 % tinham mais de 45 anos.

As medidas do mercado social de emprego - "Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados", "Programa Ocupacional de Desempregados" e "Empresas de Inserção", envolveram 1244 beneficiários.

Os programas de Formação/Emprego e Estágios Profissionais, destinados à inserção de jovens qualificados e de desempregados através de formação em contexto real do trabalho, abrangeram 1175 candidatos, dos quais 689 eram oriundos programa "Estágios Profissionais".

No âmbito das medidas de "criação de postos de trabalho", foram apoiados durante o período 2007-2008, 90 novos postos de trabalho, sendo que, 50 postos de trabalho resultam de iniciativas empresariais formadas por desempregados e apoiadas pelo IEM.

Ainda em termos do reforço dos mecanismos de apoio à inserção/reinserção profissional dos jovens e adultos, o IEM apoia as estruturas denominadas Clubes de Emprego e Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVAS). Estas estruturas foram criadas em entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e visam nomeadamente o acolhimento, a informação e orientação profissional e o apoio e acompanhamento dos desempregados em experiências no mundo do trabalho ou reinserção, na procura de uma formação e/ou emprego. Em 2007 existiam 17 estruturas de apoio, em 2008 eram 18.

2.1. Apoio na Transição dos Jovens para a Vida Activa

No reforço da eficácia dos mecanismos de apoio à transição para a vida activa, surgem algumas tipologias, que contêm medidas que têm proporcionado uma primeira abordagem ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, no futuro uma maior facilidade de integração no mercado de trabalho.

Entre os diferentes projectos desenvolvidos pelo IEM, destaque-se:

- O programa Estágios Profissionais - visa apoiar na inserção de jovens qualificados na vida activa através de estágios em contexto de trabalho, em entidades públicas ou privadas, que lhes permita adquirir competências profissionais direccionadas para as exigências do mercado de trabalho. Entre 2007 e 2008 foram abrangidos 689 estagiários, cuja taxa de empregabilidade após a realização do estágio é aproximadamente de 70 %.

- Estágios Profissionais na Europa - este programa, lançado em 2008, visa proporcionar aos jovens qualificados em situação de desemprego, um estágio profissional, num país da União Europeia, reforçando deste modo, por força da interacção com outros processos de organização do trabalho e de gestão, as suas competências a nível profissional, social e pessoal.

Programa Rumos Emprego e Coesão Social: Um breve balanço

- Outro dos projectos a merecer referência é o programa Formação/Emprego cujo objectivo se encontra dirigido a todo o tipo de público inscrito no IEM, sem qualificação, incluindo os jovens, procurando proporcionar uma formação profissional exclusivamente dirigida para a aquisição de competências no âmbito do desenvolvimento de uma profissão, contendo uma formação teórico-prática.

Esta medida abrangeu nos anos 2007 -2008, 486 participantes dos quais 35,6 % eram jovens.

2.1.Prevenir e combater o desemprego de longa duração

O desemprego de longa duração, na Região, para o ano de 2008, situou-se em 30,7% menos 4,6 pontos percentuais que a nível nacional que se situou em 35,3%

O IEM assumiu como prioridade na prevenção do desemprego de longa duração a reformulação e reforço das metodologias e medidas activas de emprego, sendo que a prevenção do desemprego de longa duração é uma via para a prevenção da pobreza e da exclusão social.

Neste contexto importa referir o trabalho efectuado pela Metodologia Guia – esta metodologia, lançada em 2004, pretende efectuar uma abordagem precoce e preventiva ao desemprego, assegurando que cada desempregado adulto, inscrito no IEM, beneficia de uma nova oportunidade, antes de completar 12 meses de desemprego, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade, combinada, se necessário, com assistência contínua à procura de emprego.

Durante o ano de 2008, a 75,2 % dos adultos foi oferecida uma nova oportunidade antes de completados doze meses de desemprego, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade, combinada, se necessário, com assistência contínua à procura de emprego e 34% dos adultos foram alvo de uma intervenção técnica, quer sob a forma de informação e orientação profissional, quer sob a forma de sessão colectiva de informação.

2.2. Estimular a inserção profissional de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho

Em matéria de coesão social, de um mercado de emprego mais inclusivo, o IEM promove medidas activas que visam a integração económica e social dos grupos mais desfavorecidos face ao mercado de trabalho, quer através do acesso à informação e orientação profissional adaptada às especificidades deste grupo, bem como através de experiências profissionais e de emprego.

Com o objectivo de promover uma efectiva inclusão social, estas medidas são utilizadas como mecanismos de inserção/reinserção no mercado de trabalho, cujo âmbito de actuação incide em grupos-alvo particularmente desfavorecidos ou em indivíduos em risco de exclusão social, nomeadamente, pessoas portadoras de deficiência, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e ex-toxicodependentes e são utilizados os seguintes instrumentos:

- **Programas Ocupacionais** - Os programas ocupacionais constam de ocupações temporárias por desempregados em actividades socialmente úteis, propostos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos enquanto não surge outra alternativa de trabalho ou formação.

Estes programas têm tido um resultado positivo enquanto medidas que permitem evitar o afastamento prolongado do mercado de trabalho e a acomodação que isso acarreta.

Nas duas medidas de programas ocupacionais existentes foram abrangidos entre 2007 e 2008, 1559 desempregados, resultando numa empregabilidade de cerca de 40,7 %.

-**Empresas de Inserção** – Esta medida, lançada em 2004 permitiu a criação de 7 empresas de inserção. O estatuto de Empresa de inserção é atribuído pelo IEM, às entidades privadas sem fins lucrativos que criem uma estrutura ou forma de organização autónoma na sua Instituição, com o fim de desenvolver uma actividade económica produtora de bens e/ou serviços que



Apoio ao Emprego / Entredentes, Lda⁹.

satisfaça necessidades reais do mercado, organizada segundo modelos de gestão empresarial e simultaneamente capaz de promover a reinserção socioprofissional de desempregados desfavorecidos face ao mercado de trabalho, nomeadamente pessoas portadoras de deficiência, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ex-toxicodependentes, desempregados de longa duração.

Vida e Trabalho – trata-se de uma medida que visa a reabilitação dos toxicodependentes em tratamento ou ex-toxicodependentes, através de uma participação em formação ou experiência em postos de trabalho, visando a sua futura integração na vida activa. De 2007 a 2008 foram apoiados 40 ex-toxicodependentes.

- **Apoios à Contratação** - incentivar as entidades empregadoras a contratar desempregados de longa duração a título efectivo e a tempo inteiro através da concessão de um apoio financeiro. A medida sofreu recentemente alterações ao nível dos conceitos, dos apoios e permitirá a criação de um maior número de postos de trabalho.

2.3.Criar emprego e fomentar o espírito empresarial, dinamizando iniciativas empresariais geradoras de emprego

As directrizes da União Europeia em matéria de emprego demonstraram que a criação de empresas e o crescimento das PMES são os principais factores responsáveis pela criação de postos de trabalho.

É neste sentido que o IEM aposta em medidas que incentivam a criação de emprego por parte dos desempregados com espírito empreendedor como uma forma alternativa de resolução dos próprios problemas de emprego.

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes programas:

Iniciativas locais de Emprego – Visa apoiar projectos de criação de novas empresas que resulte a criação líquida de postos de trabalho contribuindo para a dinamização das economias locais. Esta medida permite que pequenas iniciativas empresariais surjam algumas delas com carácter inovador, pese embora o facto destas iniciativas terem muitas vezes problemas de sustentabilidade. No período em apreço foram criados 26 postos de trabalho.

Esta medida sofreu adaptações ao nível do mínimo de trabalhadores a ser apoiado e dos montantes a serem financiados.

- **Criação do Próprio Emprego** – Esta medida tem por objectivo estimular e apoiar projectos economicamente viáveis que resultem de iniciativas individuais ou de grupo, de jovens e adultos desempregados que visem a criação do próprio emprego.

P.S.: Consulte **Espaço Projectos** – Pág. 64

www.idr.gov-madeira.pt/rumos/

Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região

Redes e Equipamentos Estruturantes Projectos da Região co-financiados pelo Fundo de Coesão



Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação (NICC) do IDR (Organismo Intermédio)

O POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, aprovado em 12 de Outubro de 2007 através da Decisão da Comissão n.º C (2007) 5110, é um dos Programas Temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, o qual faz da Valorização do Território a sua prioridade de intervenção assente na melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, no reforço da conectividade internacional, na protecção e valorização do ambiente, na qualificação dos sistemas urbanos e ainda na estruturação das redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

O dito Programa Operacional está estruturado em dez Eixos Prioritários sendo que os investimentos executados no território da RAM podem beneficiar de co-financiamento Fundo de Coesão no âmbito do POVT, especificamente através do **Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes**

na Região Autónoma da Madeira, cuja gestão compete ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) na sequência de contrato de Delegação de Competências celebrado em Junho de 2008.

Os objectivos específicos do Eixo V, ao qual estão consignados 100 milhões de euros de apoio comunitário para o período 2007-2013, são a consolidação das estruturas de gestão ambiental de 1.ª geração, a contribuição para a diminuição das emissões de CO2 e garantia de reservas energéticas e melhoria dos níveis de eficiência e de segurança do transporte terrestre e marítimo.

De realçar que no último trimestre do ano de 2008 foi aprovado o primeiro projecto no âmbito do Eixo V do POVT, designado por "Ligação em Via-Expresso ao Porto do Funchal", da responsabilidade da RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A. e no mês Junho de 2009 foi aprovado no âmbito do POVT, o segundo projecto de investimento - Infra-estruturas do porto do Porto Santo - da responsabilidade da APRAM, SA - Administração dos Portos da RAM.



De destacar o bom nível de execução alcançado no Eixo V do POVT, em que à data de 31 de Agosto de 2009 a despesa realizada no âmbito dos dois projectos mencionados representava 70% do montante programado até àquela data, o que constitui motivo de satisfação para todas as entidades envolvidas na prossecução dos objectivos do Programa.

PS.: Consulte **Espaço Projectos** - Pág. 64
www.idr.gov-madeira.pt/povt/

Empreitada Principal do Projecto: "Grande Reparação do Molhe Principal do Porto de P. Santo"



Programa MAC A Região com grande capacidade de cooperação



IDR - Interlocutor Regional da Madeira

O Programa de Cooperação Territorial 2007-2013, Madeira-Açores-Canárias (Programa MAC), surgiu da necessidade de continuar a intensificar a cooperação transnacional, através de actuações dirigidas a atingir um desenvolvimento territorial integrado (sendo por conseguinte uma continuidade do anterior Programa de Cooperação INTERREG IIIB, Açores-Madeira-Canárias) e foi aprovado pela Comissão Europeia em Setembro de 2007, com uma dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER - 85%) de 55 milhões de euros, dos quais 10,5 milhões de euros foram para Portugal (repartidos de forma idêntica pelas duas regiões ultraperiféricas portuguesas) e 45 milhões de euros para Espanha, distribuídos por quatro Eixos Prioritários.

Saliente-se o elevado corte financeiro, de 62%, em relação ao anterior período de programação 2000-06 e o grande desequilíbrio orçamental entre os Estados-Membros envolvidos, Portugal e Espanha. Esta situação revela uma grande contradição, atendendo a que a Comissão Europeia no âmbito do Política da Coesão para o período 2007-2013, elege a Cooperação como um dos pilares fundamentais para a prossecução dos respectivos objectivos.

No Programa MAC, a Região Autónoma da Madeira (RAM) conta com uma subvenção comunitária de 5,2 milhões de euros (menos 84% que no Programa anterior), por via da redução substancial que se assistiu de um Programa para outro.

As três grandes prioridades estratégicas do MAC são as seguintes:

- 1) Promoção da Investigação, desenvolvimento tecnológico e da Sociedade da Informação;
- 2) Reforço da Gestão Ambiental;
- 3) Cooperação com Países Terceiros e Articulação da grande Vizinhança (FED –FEDER).

Em 1 de Setembro de 2008 foi lançada a primeira convocatória para os Eixos 1 e 2 do Programa relativos à “Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade da Informação” e “Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos”, respectivamente, através da publicação do aviso de abertura de candidaturas no JORAM II Série, nº 165, de 1 de Setembro de 2008, tendo sido fixado como prazo limite para a apresentação de candidaturas o dia 31-10-2008.



MOSQUIMAC - “Gestão Integrada do Vector *Aedes aegypti*”

Para a divulgação deste novo Programa e desta primeira convocatória, foram organizados, pela respectiva Autoridade de Gestão, em parceria com os três Interlocutores Regionais – Madeira, Açores e Canárias, quatro Seminários em Setembro de 2008 (Las Palmas de Gran Canaria - dia 3; Santa Cruz de Tenerife – dia 5; Funchal dia 8; e Angra do Heroísmo – dia 10).

Nesta primeira convocatória foram apresentadas 120 candidaturas nas áreas da promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade da Informação e Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos, as quais ultrapassaram no seu conjunto 3,16 vezes o montante disponível, o que revela uma dinâmica significativa do Programa.

Em Maio de 2009 foram aprovados, pelo respectivo Comité de Gestão, 48 projectos, correspondendo a 40% do total apresentado, o que resultou numa taxa de compromisso de 51% da dotação FEDER do Programa. Note-se que, não obstante a limitação financeira do Estado Português face ao Estado Espanhol, foi possível uma vez mais verificar, à semelhança do anterior Programa, o elevado grau de integração regional deste espaço de cooperação com o envolvimento das três regiões em 84% dos projectos aprovados.

De realçar que dos 48 projectos aprovados, a RAM participa em 42 (88% do universo), o que traduz, tal como no Programa anterior, a grande capacidade de cooperação da Região.

Merece ainda destaque, no contexto dos projectos aprovados com a participação de promotores da RAM, um número considerável de projectos que demonstram uma linha de continuidade com o Programa anterior, designadamente nas áreas de agricultura, pescas, protecção civil, ordenamento do território e saúde.

Em termos conclusivos, e como balanço da execução do Programa MAC até à presente data, verifica-se que, pese embora o atraso que se assiste, resultante do processo normal de arranque, existem boas perspectivas da sua recuperação e do cumprimento em tempo útil das metas programadas.

PS.: Consulte **Espaço Projectos** – Pág. 65
www.idr.gov-madeira.pt/pct-mac/

A perspectiva de absorção integral das dotações financeiras no âmbito do encerramento do POPRAM III – números e figuras

Núcleo de Avaliação e Coordenação / Unidade de Estudos e Planeamento do IDR (Autoridade de Gestão do POPRAMIII)

Overview

Portugal apresentou à Comissão Europeia, antes da data final de elegibilidade das despesas, um pedido devidamente justificado, visando prolongar a data final de elegibilidade das despesas até 30 de Junho de 2009. Em conformidade com o segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999, Portugal baseou o seu pedido nas alterações significativas da situação socioeconómica e no mercado de trabalho.

A justificação apresentada foi aceite pela Comissão, tendo Portugal demonstrado o efeito da crise económica e financeira, sem precedentes, na situação socioeconómica e no mercado de trabalho e nas consequências sobre o significativo abrandamento na execução dos programas operacionais na sua generalidade.

A Decisão C (2009) 1116 final de 18/02/2009 veio fixar, para todos os Programas Operacionais em Portugal, a título do objectivo 1 e ainda programas de iniciativa comunitária URBAN, LEADER+ e EQUAL, como data final de elegibilidade das despesas o dia **30 de Junho de 2009**.

Esta data aplica-se às despesas realizadas e pagas pelos beneficiários finais, incluindo as despesas efectuadas pelos organismos que atribuem as ajudas previstas na alínea l) do artigo 9º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999.

Face a esta alteração, imposta pela conjuntura internacional, o encerramento do Programa Operacional Plurifundos da RAM 2000-2006 (POPRAM 2000-2006) sofreu um adiamento de 2008 para o ano em curso.

Nesta fase de encerramento destaca-se o bom desempenho alcançado pelo POPRAM III 2000-2006 ao nível das aprovações e da execução. As quatro Componentes Fundo do Programa encontram-se em overbooking (ou seja, compromissos assumidos para além da dotação programada), tendo o Programa atingido uma taxa média de aprovação de 108%.

Por outro lado, a taxa de execução para todas as Componentes encontra-se igual ou acima dos 100% da dotação programada, registando-se para o total do Programa uma taxa média de execução de 102%. A Componente que explica este andamento é a componente FEDER, dada a sua dimensão financeira no Programa.

Via Expresso Machico-Faial / SRES



Estrutura do Programa

O Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, para o período 2000-2006 (POPRAM III), enquadra-se no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Social, do QCA III.

Trata-se de um Programa Plurifundos, que beneficia de apoio comunitário no âmbito dos quatro Fundos Estruturais:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER);
- Fundo Social Europeu (FSE);
- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação (FEOGA-O);
- Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

Os grandes objectivos estratégicos a alcançar com a implementação do Programa são:

- Reforçar a competitividade e o posicionamento geo-estratégico da economia madeirense;
- Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano;
- Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.

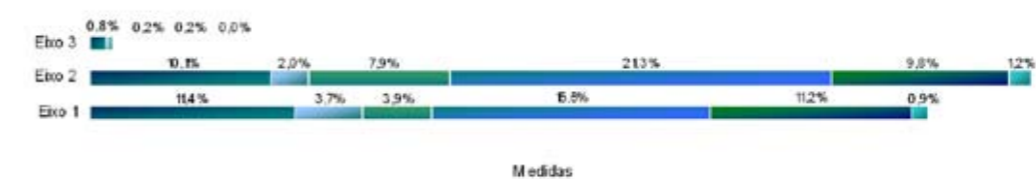
A sua estrutura integra dois Eixos Prioritários e uma Linha de Assistência Técnica (AT):

Quadro 1 Estrutura do Programa

Unidade: Euros			
Eixo/Medida	Designação	Fundo	Despesa Pública
Eixo 1	Desenvolvimento de uma Plataforma de Excelência Euro-Atlântica		532.105.895
1.1	Valorização Potencial Turístico, Cultural e Lazer	FEDER	129.920.160
1.2	Estímulo à Inovação e Sociedade Informação	FEDER	42.257.294
1.3	Melhoria das Acessibilidades Exteriores	FEDER	44.226.853
1.4	Protecção Valorização Ambiente e Ordenamento Território	FEDER	177.631.482
1.5	Competências Humanas e Equidade Social	FSE	127.736.285
1.6	Melhoria do Abastecimento Público de Água Potável	FEDER	10.333.821
Eixo 2	Consolidação da Base Económica e Social da Região		597.988.629
2.1	Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA-O	115.553.633
2.2	Pescas e Aquicultura	IFOP	22.773.277
2.3	Competitividade e Eficiência Económica	FEDER	90.705.683
2.4	Melhoria das Acessibilidades Internas	FEDER	243.186.662
2.5	Coesão e Valorização Social	FEDER	111.991.281
2.6	Intervenção Integrada do Porto Santo	FEDER	13.778.093
Eixo 3	Linha de Assistência Técnica		13.871.017
3.1	Assistência Técnica - FEDER	FEDER	9.612.516
3.2	Assistência Técnica - FSE	FSE	2.053.632
3.3	Assistência Técnica - FEOGA-O	FEOGA-O	1.907.382
3.4	Assistência Técnica - IFOP	IFOP	297.487

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

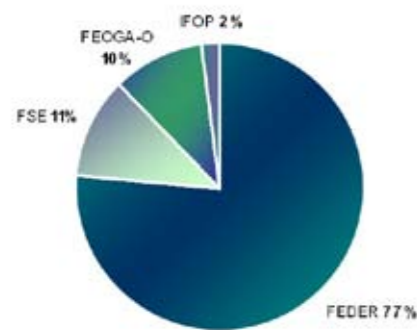
Fig. 1 Distribuição percentual por Eixo/Medida



A perspectiva de absorção integral das dotações financeiras no âmbito do encerramento do POPRAM III – números e figuras

A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no quadro 1 e na fig. 1.
 A distribuição da despesa pública programada por Componente encontra-se representada na fig. 2 e no quadro 2

Fig. 2 Distribuição percentual por Componente



Quadro 2 Distribuição financeira por Componente

Unidade: Euros	
Componente	Despesa Pública
FEDER	873.643.845
FSE	129.789.917
FEOGA-O	117.461.015
IFOP	23.070.764
POPRAM III	1.143.965.541

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O nível de programação de cada Componente é diferenciada, variando entre os 77% para o FEDER e os 2% para o IFOP.

Análise da execução financeira global (2000-2009)

Em termos médios globais, a 30 de Junho de 2009, o POPRAM III registava uma taxa de aprovação em *overbooking* de 108% face ao montante da despesa pública programada, o que deverá ser visto como uma medida de boa gestão financeira, uma vez que, poderá ser determinante para a absorção dos recursos financeiros, em função de quebras de execução expectáveis dos respectivos projectos.

Quadro 3 Situação financeira por Componente a 30.06.2009

PO/Componente		Unidade: Euros						
		Programação	Aprovações	Despesa	Despesa Validada	Aprov. Certificada	Desp. Validada	Desp. Certif.
		2000-2006	2000-2009	2000-2009	2000-2009	(5)=(2)/(1)	6)=(3)/(1)	7)=(4)/(1)
	1	2	3	4				
Despesa Pública	FEDER	873.643.845	922.048.338	885.961.456	807.632.706	106%	101%	92%
	FSE	129.789.917	163.487.456	131.024.180	125.830.504	126%	101%	97%
	FEOGA-O	117.461.015	123.303.287	124.436.496	106.940.734	105%	106%	91%
	IFOP	23.070.764	23.069.504	23.066.804	21.329.963	100%	100%	92%
	POPRAMIII	1.143.965.541	1.231.908.585	1.164.488.936	1.061.733.907	108%	102%	93%
Fundo	FEDER	521.711.621	541.877.119	522.847.086	476.068.307	104%	100%	91%
	FSE	110.321.000	138.964.337	111.370.553	106.955.929	126%	101%	97%
	FEOGA-O	91.815.438	93.015.292	94.064.597	81.068.938	101%	102%	88%
	IFOP	17.462.000	18.092.824	18.089.007	16.714.747	104%	104%	96%
	POPRAMIII	741.310.059	791.949.571	746.371.242	680.807.920	107%	101%	92%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



A perspectiva de absorção integral das dotações financeiras no âmbito do encerramento do POPRAM III – números e figuras

As fig. 3 e 4 apresentam uma análise da dispersão da taxa de aprovação e de execução de cada Fundo em torno da média do Programa, no que se refere a Despesa Pública.

Fig. 3 Taxas de aprovação por Componente Dispersão face à média do POPRAM III

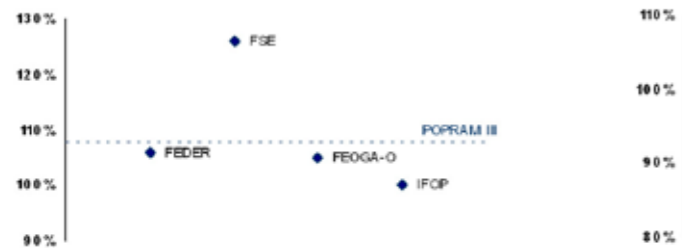


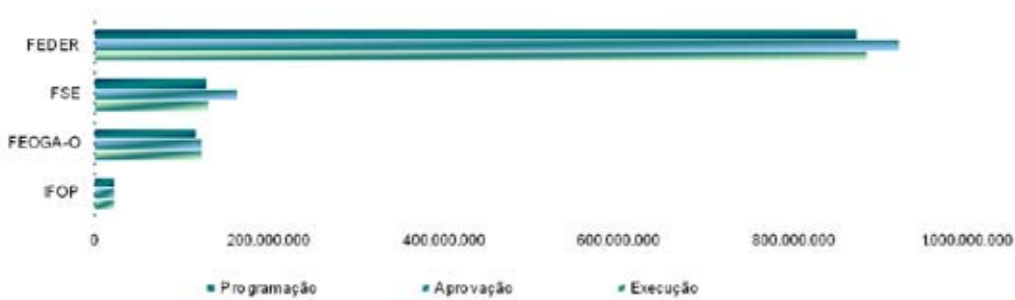
Fig. 4 Taxas de execução por Componente Dispersão face à média do POPRAM III



Quanto ao nível de aprovações, o FSE é o que apresenta a taxa de overbooking mais elevada (126%), sendo o IFOP a Componente com a mais baixa taxa de aprovação (100%). Note-se que, todas as Componentes apresentam overbooking.

Relativamente à execução, o POPRAMIII apresenta uma taxa de 102% face à despesa pública programada, o que traduz o esforço implementado para atingir os 100% neste último ano de execução. Relativamente às suas Componentes, é o FEOGA-O o que regista a taxa mais elevada (106%) e no que toca a este indicador é novamente o IFOP o que apresenta a menor taxa (100%).

Fig. 5 Distribuição financeira (Programação/Aprovação/Execução) por Componente a 30.06.2009



Em termos globais o Programa apoiou 4.593 projectos, apresentando a 30 de Junho de 2009 uma taxa de conclusão de projectos de 100%.

Quadro 4 Situação dos projectos

PO/Fundo	Aprovados	Concluídos	Taxa de Conclusão
	1	2	(3) = (2)/(1)
FEDER	821	821	100,0%
FSE	2.939	2.939	100,0%
FEOGA-O	685	685	100,0%
IFOP	148	148	100,0%
POPRAMIII	4.593	4.593	100,0%



Aproveitamentos de Fins Múltiplos dos Socorridos - Transformação do Sistema de Inverno em Funcionamento Reversível / EEM



Introdução de Quatro Autocarros Eléctricos no Funchal / Horários do Funchal, Transportes Públicos S.A.



Curso de Construções Metálicas / Soldadura (Currículos Alternativos) / DRQP

A perspectiva de absorção integral das dotações financeiras no âmbito do encerramento do POPRAM III – números e figuras

Fig. 6 Distribuição dos projectos a 30.06.2009



Perspectivas de encerramento

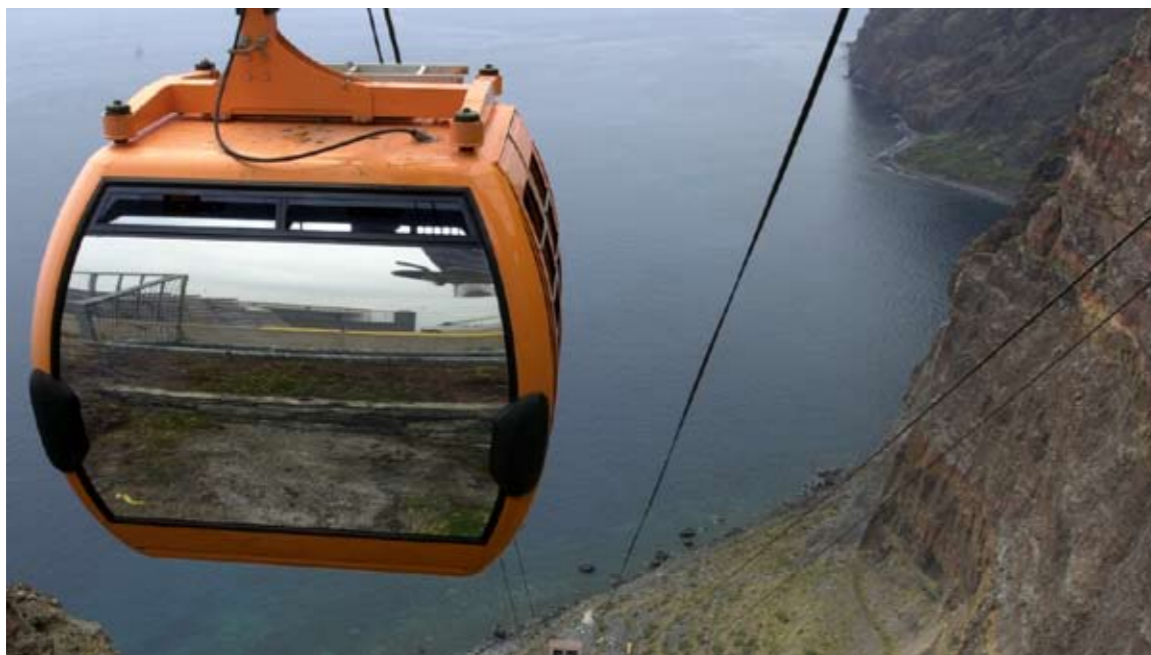
Pese embora o facto de Portugal se encontrar numa posição de charneira em termos de execução dos Fundos Estruturais, o volume de execução realizado até 30 Junho de 2009 representou um esforço financeiro significativo, tendo exigido uma elevada capacidade de execução dos beneficiários, numa conjuntura económica adversa e num momento em que decorrem em simultâneo dois períodos de programação (QCA III e QREN).

No contexto das perspectivas de encerramento do Programa, a reprogramação financeira efectuada no 2º semestre de 2008, inseriu-se no quadro das medidas de simplificação e flexibilização da gestão das políticas estruturais 2000-2006, no respeito, não apenas, das disposições emanadas pela Comissão de Gestão do QCA III, subseqüentes à Decisão da Comissão COM (2006) 3424 de 4 de Agosto, sobre as orientações relativas ao encerramento das intervenções dos fundos estruturais, como também, de outras recomendações para esse efeito.

Esta reprogramação incidiu particularmente na necessidade de ajustamentos financeiros dentro de cada um dos dois eixos prioritários, decorrente da transferência financeira possível entre Medidas da componente FEDER para assegurar o total aproveitamento das verbas desta Componente, no garante das disposições regulamentares.

Em suma, e fazendo uma apreciação sintética do nível da execução a realizar, a fase de encerramento do Programa afigurar-se-á como um período particularmente exigente, quer pela sobreposição de dois períodos de programação, ou seja, a execução e o encerramento do POPRAM III e, a implementação e execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional, quer pelo próprio exercício de encerramento - prestação de contas às Autoridades Nacionais e Comunitárias.

Teleférico Misto para acesso às Fajãs do Cabo Girão / Associação de Agricultores Fajãs Cabo Girão



INTERREG III-B Com desempenho acima da média dos restantes Programas de Cooperação



O Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III - Vertente B - Espaço Açores-Madeira-Canárias (2000-2006), destinado à cooperação transeuropeia para incentivar o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu, e por conseguinte destas três regiões ultraperiféricas, foi aprovado pela Comissão Europeia em Dezembro de 2001, com uma dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER - 85%) de 145 milhões de euros, dos quais 65 milhões de euros foram para Portugal (repartidos de forma igual pelas duas regiões autónomas portuguesas) e 80 milhões de euros para Espanha, distribuídos por cinco Eixos Prioritários.

Durante o período de execução do Programa, as três regiões aprovaram, na sequência de quatro convocatórias, um total de 220 projectos, distribuídos por quatro Eixos Prioritários, sendo aqueles, que tiveram maior peso os Eixos 2 e 4, relacionados com o desenvolvimento dos transportes e comunicações, sociedade da informação e investigação e desenvolvimento e a valorização e gestão sustentável dos recursos naturais e culturais. De destacar que 80% dos projectos aprovados, revelam uma elevada transnacionalidade, envolvendo as três regiões Açores, Madeira e Canárias.

De realçar o espírito participativo da Região Autónoma da Madeira (RAM) no Programa em apreço uma vez que, de um total de 220 projectos aprovados, participou em 166 projectos (o equivalente a 75%), através dos quais lhe foi concedida uma comparticipação comunitária FEDER no valor de 32,6 milhões de euros.

O nível de desempenho do Programa é muito bom, situando-se muito próximo dos 90% do montante programado, circunstância esta que o coloca com uma performance muito acima da média dos restantes programas de cooperação.

A cooperação transnacional deste espaço, permitiu dotar as regiões de maior competitividade (inovação e investigação) e acessibilidade, emprego e inclusão social, melhoria do meio ambiente e prevenção de riscos, que constituem parte das prioridades da Estratégia de Lisboa e de Gutenberg e permitiu ultrapassar, no sentido figurativo, as barreiras geográficas dentro do espaço da União Europeia.

No dia 8 de Setembro de 2008 foi organizado, pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (Interlocutor Regional da Madeira), em parceria com a Comunidade Autónoma das Canárias (Autoridade de Gestão do Programa), um Seminário no Funchal de "Apresentação de Resultados do Programa INTERREG IIIB 2000-2006", que teve o mérito de dar visibilidade aos projectos apoiados e de realçar alguns exemplos de boas práticas.

Com o propósito de fornecer uma panorâmica do impacto do Programa na RAM, importa nesta oportunidade destacar os seguintes projectos:



Projecto TETRA-CAM

- **Entidade Responsável (chefe de Fila¹):** Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (Secretaria Regional dos Assuntos Sociais).
- **Custo total** – 3 milhões de euros.
- **Comparticipação FEDER (RAM):** 1,7 milhões de euros.
- O projecto TETRA-CAM teve como finalidade implementar uma Rede de Comunicações TETRA (*Terrestrial Trunked Radio*), de tecnologia Trunking Digital – Rede Rádio Privada de Tecnologia Digital de Última Geração -, com vista a satisfazer as necessidades de comunicações das entidades responsáveis pela Segurança, Emergência e Defesa e coordenar e centralizar as operações de emergência.
Os principais objectivos do projecto foram a melhoria das infra-estruturas e serviços de comunicações no âmbito da Segurança, Emergência e Defesa; a gestão mais eficaz do Socorro possibilitando a convergência de recursos, quer internos quer provenientes do exterior; e Garantir aos residentes e aos visitantes níveis de segurança elevados.
- **Resultados:** Na Madeira, o projecto permitiu definir a forma de inter-conexão do SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal), com a rede TETRA e com o SICOSDMA (Sistema Integrado de Comunicações de Segurança e Emergência e Defesa da Madeira).

1 - O chefe de fila é responsável jurídico e financeiro pela execução do projecto a nível interno e perante a Autoridade de Gestão do Programa.

O chefe de fila deve assegurar-se que as despesas apresentadas pelos parceiros de projecto foram realizadas para efeitos de implementação do projecto e correspondem às actividades empreendidas pelos parceiros de projecto.

Deve enviar os relatórios intermédios e a documentação às Autoridades do Programa em nome do projecto. Deve transferir as contribuições do FEDER para os parceiros do projecto.

INTERREG III-B Com desempenho acima da média dos restantes Programas de Cooperação

Projecto PESCPROF I, II e III

- **Entidade Responsável** (chefe de Fila): Direcção Regional das Pescas (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais). Da RAM participou ainda a Câmara Municipal do Funchal, através da Estação de Biologia Marinha.
- **Custo total Projecto** – 3,6 milhões de euros.
- **Comparticipação FEDER (RAM)**: 1,3 milhões de euros.
- **O objectivo geral** do projecto PESCPROF (Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro Oriental), e no âmbito do estudo dos recursos marinhos, foi o aprofundamento do conhecimento biológico, ecológico e oceanográfico das vertentes insulares dos três arquipélagos atlânticos (Madeira, Açores e Canárias), obtenção de informação sobre a viabilidade de exploração pesqueira de diversas espécies de fauna marinha habitante nestas profundidades, o fomento da inovação e o intercâmbio de tecnologia pesqueira nas regiões intervenientes e o estudo da introdução de técnicas de processamento, conservação e comercialização das espécies exploradas.
- **Resultados**: O projecto teve uma grande utilidade a nível do sector das pescas das três regiões envolvidas possibilitando o aparecimento de tecnologias de pesca alternativas e produtos resultantes da pesca profunda com potencial para uma exploração comercial futura. Revelou-se também de extrema utilidade científica no âmbito do conhecimento da biodiversidade marinha, permitindo divulgar os resultados e testar a aceitação por parte dos consumidores, através de provas de degustação.



Projecto GERMOBANCO I, II e III

- **Entidade Responsável** (chefe de Fila): ASAGA - Asociación Provincial de Agricultores de Tenerife. Entidades Parceiras (RAM): UMA – Universidade da Madeira - e Associação de Agricultores.
- **Custo total do Projecto** – 4,6 milhões de euros.
- **Comparticipação FEDER (RAM)**: 1 milhão de euros (de 0,6 milhões de euros - UMA e 0,4 milhões de euros - Associação Agricultores Madeira).
- O objectivo fulcral do projecto GERMOBANCO foi o de constituir um banco de germoplasma de espécies vegetais para a agricultura e melhorar a competitividade das exportações e a qualidade das produções; refira-se ainda a redução do risco de pragas, bem como a recuperação de variedades tradicionais. Para o desenvolvimento deste projecto de “carácter biotecnológico”, que garante a conservação da biodiversidade vegetal existente, foram realizadas uma série de acções que incluíram a colheita dos frutos, quarentena, conservação e caracterização para que o banco seja constituído por variedades sãs e esteja orientado para fazer face às exigências do sector agrário.
- **Resultados**: O projecto GERMOBANCO finalizou com 4978 espécies conservadas e criou as condições para desenvolver a produção das primeiras sementes (quatro espécies locais) certificadas pelo ministério da Agricultura, Pesca e alimentação de Espanha e os produtos agrícolas que resultam do projecto de investigação científica, foram certificados pela sua qualidade e por cumprirem as normas ambientais.



Espaço Projectos

Espaço que pretende dar visibilidade a alguns exemplos de projectos que podem considerar-se como promissores de boas práticas na Região.

Estão em causa os projectos aprovados e co-financiados neste período de programação 2007-2013: Intervir+, Rumos, POVT/Eixo V e Programa MAC.



3DWHALE

Entidade Beneficiária: Município de Machico

Descrição do Projecto

Actualmente, os museus têm a vantagem de poder reavivar as experiências passadas, que fazem parte do seu património memorizável, em sensações emocionantes para todos os seus visitantes, através do uso de tecnologias de informação e comunicação. O projecto 3DWhale pretende criar para as novas instalações do Museu da Baleia um inovador roteiro museológico digital composto por conteúdos interactivos baseados em filmes digitais, designadamente 3D estereoscópicos, que irão não só aumentar significativamente a qualidade dos conteúdos digitais produzidos na Madeira, mas acima de tudo irão contribuir de forma crucial para o desenvolvimento na RA Madeira neste sector altamente inovador em termos tecnológicos. Os objectivos do projecto residem na criação de 11 filmes digitais, que serão expostos não só no Museu, mas também poderão ser utilizados em exposições móveis, nomeadamente em Feiras de Turismo, escolas, universidades e outras entidades parceiras do Museu da Baleia. Por outro lado serão instalados 14 quiosques electrónicos integrados nas exposições permanentes do Museu com o intuito de constituírem ferramentas educacionais e lúdicas de consulta.

Custo Total do Projecto: 2.306.654,10€

Despesa Pública: 2.306.654,10€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.845.323,28€

Comparticipação da Autarquia Local: 461330,82€



Escola Secundária e Profissional de São Martinho

Entidade Beneficiária: SRES - Secretaria Regional do Equip. Social

Descrição do Projecto

Pretende-se com este projecto a construção de uma escola com uma forte vertente de ensino profissional e tecnológico, dotando a Região de melhores condições de ensino nesta área de educação. Esta escola terá as características de uma Escola Secundária normal acrescida de um conjunto de blocos (tipo naves) específicos para a formação intensiva de profissionais nas áreas de Metalomecânica e Mecânica, Construções Metálicas, Soldaduras, Canalizações e outras conexas. Será, também uma forte aposta nas Novas Tecnologias (informática, mais orientada para o Hardware), estabelecendo-se uma ligação activa e efectiva com a mecânica (assistida, robotizada).

Custo Total do Projecto: 13.888.262,50€

Fundo Comunitário (FEDER): 8.219.298,71€

Custo Elegível do Projecto: 13.698.831,18€

Despesa Pública: 13.698.831,18€

Comparticipação do Orç. Regional: 5.479.532,47€



rs4e II - Road Show for Entrepreneurship 2008 - 2013

Entidade Beneficiária: CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira

Descrição do Projecto

O projecto pretende dinamizar o empreendedorismo proporcionando o desenvolvimento de competências chave para o arranque de uma iniciativa empresarial que se centra fundamentalmente na alteração de comportamento, aumentando a predisposição para empreender, na desmistificação de conceitos e no desenvolvimento de planos de negócio. O trabalho a desenvolver visa o estímulo do auto emprego, o aumento a prazo do bem-estar económico e social, e a diversificação da economia. O projecto aborda o empreendedorismo de uma forma inovadora, pois aposta num trabalho ao nível comportamental e técnico, utilizando diversas metodologias adequadas a cada segmento de ensino onde se estabelece, sendo o conceito "learning by doing" uma realidade em todas as abordagens realizadas. Cobre os alunos da Madeira, inclusive os dos meios rurais, e do Porto Santo que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, do secundário, profissional e superior. Até à data já envolveu 4.500 alunos dos referidos níveis.

A breve prazo, prevê-se a introdução do projecto no 2º ciclo do ensino básico. A receptividade ao projecto, por alunos e professores, tem sido muito boa e, segundo um inquérito realizado a uma amostra desses participantes, a avaliação global do projecto é de 17 valores (numa escala de 0 a 20).

Custo Total do Projecto: 2.635.669,81€

Despesa Pública: 2.386.991,25€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.909.592,99€



Recuperação Urbanística do Concelho do Porto Moniz

Entidade Beneficiária: ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM

Descrição do Projecto

Este projecto apoia a criação de uma estratégia participativa, no sentido em que parte do projecto em causa se efectua mediante efectiva cooperação entre a autarquia e a população, na medida em que a autarquia entregará os materiais a utilizar na reabilitação exterior das construções degradadas, os quais serão por estas utilizadas na concretização do objectivo deste projecto. Este projecto visa a reabilitação do ambiente físico das zonas sujeitas a intervenção, no concelho do Porto Moniz, com a finalidade da sua integração, designadamente nas áreas naturais envolventes, reduzindo o impacto visual das construções degradadas, contribuindo assim para uma melhoria paisagística fundamental para o desenvolvimento turístico sustentado desta zona.

Custo Total do Projecto: 123.000,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 98.400,00€

Custo Elegível do Projecto: 123.000,00€

Despesa Pública: 123.000,00€



Espaço Projectos

Dos projectos indicados como promissores de boas práticas, foram seleccionados nove projectos co-financiados pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Constituição de empresa, para fabric. de próteses dentárias

Entidade Beneficiária: Lpm - Laboratório de Prótese Dentária, Lda.

Co-financiado pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional / Sistema de Incentivos às Empresas – Empreendinov.

Localização: Funchal / com cobertura a toda a Região Autónoma da Madeira.

Descrição do Projecto

Este projecto tem como objectivo a implementação de um laboratório de próteses dentárias, incidindo o investimento na aquisição de equipamento de vanguarda, utilizando aparelhos com tecnologia de ponta, permitindo uma elevada rapidez eficiência e eficácia, diminuindo o tempo de resposta do laboratório face aos concorrentes e introduzindo também um produto de elevada qualidade, com reduzidos erros de manuseamento.

A rapidez, eficiência e eficácia da sua execução, só possível com os equipamentos a adquirir, diminuirá o tempo entre a tomada de moldes e a confecção da prótese, existindo assim menos alterações na boca dos pacientes com vantagens óbvias.

Diminuir o tempo de execução e aumentar a qualidade do processo será o grande resultado dos processos inovadores introduzidos, transformando tarefas que actualmente são manuais em tarefas que passarão a ser quase totalmente mecanizadas, libertando os recursos humanos tarefas de verificação, reduzindo os erros de manuseamento que acontecem com frequência no processo tradicional e aumentando significativamente o número de próteses concluídas na mesma unidade de tempo de produção.

Custo Total Elegível: 198.860,00€

Investimento Privado: 129.259,00€

Despesa Pública: 69.601,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 34.800,50€

Orçamento Regional: 34.800,50€



Desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão colaborativa

Entidade Beneficiária: MCComputadores, S.A.

Co-financiado pelo FEDER / Sistema de Incentivos às Empresas – SIRE

Localização: Funchal

Descrição do Projecto

A MCC pretende com este projecto proporcionar aos seus colaboradores, clientes e parceiros, a melhor e mais rápida informação, potenciando assim melhores decisões, oferecendo serviços de qualidade, fidelizando os seus clientes, através de um acompanhamento constante e reforçando as suas relações comerciais. O projecto eMCC tem como principal objectivo a concepção e implementação de um sistema assente em plataformas digitais que permita aos colaboradores da MCC diminuir tempos de resposta no acesso a informação, importante para a execução das suas tarefas e tomada de decisão, simplificar processos e procedimentos, proporcionando também aos seus clientes e parceiros um canal privilegiado de contacto com a MCC.

Custo Total Elegível: 198.860,00€

Investimento Privado: 129.259,00€

Despesa Pública: 69.601,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 34.800,50€

Orçamento Regional: 34.800,50€



Unidade de tratamento de resíduos de lavagem de lamas

Entidade Beneficiária: Cortpedra - Extracção e Comércio de Pedra, Lda.

Co-financiado pelo FEDER / Sistema de Incentivos às Empresas - SIRE

Localização: Ponta do Sol

Descrição do Projecto

O projecto de criação de uma unidade de tratamento dos resíduos de lavagem de britas, tem como objectivos prestar um serviço junto das unidades extractivas, oferecendo serviços de tratamento dos resíduos advindos do processo de transformação dos inertes extraídos, com vista à minimização do impacte ambiental, produzido pela lavagem das britas, com vista à sua comercialização. Com este projecto, a empresa poderá oferecer este serviço às empresas produtoras de britas e pedra esculpida, que verão assim os efeitos dos seus processos produtivos minorados do ponto de vista ambiental evitando que o meio ambiente tenha que processar as lamas provenientes da lavagem das britas por forma a que as possa processar compactando-as e devolvendo os elementos recicláveis, caso da água ao meio ambiente, restando a lama compactada que deverá ser posteriormente objecto de aterro.

Custo Total Elegível: 198.700,00€

Investimento Privado: 119.220,00€

Despesa Pública: 79.480,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 39.740,00€

Orçamento Regional: 39.740,00€



Linha de Crédito PME Madeira

IDERAM - Instituto de Desen. Empresarial da Região Autónoma da Madeira

Co-financiado pelo FEDER.

Cobertura a toda a RAM.

Descrição do Projecto

A linha de crédito PME Madeira constitui um instrumento de apoio ao financiamento do tecido empresarial regional tendo como principal característica facilitar o crédito, através da bonificação de taxa de juro (spread e 1% da Euribor a 3 meses) e da minimização do risco das operações bancárias, recorrendo aos mecanismos do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

Custo Total Elegível: 2.621.575,40€

Despesa Pública: 2.621.575,40€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.310.787,70€

Orçamento regional: 1.310.787,70€



Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira

IDERAM - Instituto de Desen. Empresarial da Região Autónoma da Madeira

Co-financiado pelo FEDER.

Cobertura a toda a RAM.

Descrição do Projecto

“O objectivo da Linha de Crédito traduz-se num incentivo ao tecido empresarial regional, através da bonificação da taxa de juro, ajudando, assim, as Micro e Pequenas Empresas da Região Autónoma da Madeira a ultrapassarem os efeitos da crise financeira, através do acesso mais facilitado ao sistema financeiro, colmatando, assim, algumas dificuldades de tesouraria. Acresce ainda o facto desta Linha contribuir para minimizar os riscos das operações bancárias, através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua.”

Custo Total Elegível: 2.497.155,00€

Despesa Pública: 2.497.155,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.248.577,50€

Orçamento Regional: 1.248.577,50€

Escolas de Turismo

Ent. Beneficiária: EPHTM – Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira

Descrição do Projecto

A EPHTM tem como atribuições o ensino técnico-profissional, bem como a realização e homologação de cursos e acções de formação no sector da hotelaria e turismo. É do conhecimento público que o Turismo é o sector estratégico da economia da região, também sabemos, que os recursos humanos do sector têm uma baixa escolaridade, e que muitas das suas aprendizagens foram feitas pela via da experiência. Assim, todos os projectos visam responder a uma necessidade premente da Região que é aumentar a escolaridade e conhecimentos técnico-profissionais dos futuros e actuais profissionais do sector, acompanhando a inovação e desenvolvimento do mesmo.

Custo Total do Projecto: 2.544.167,55€

Fundo Comunitário (FSE): 2.015.041,01€

Despesa Pública: 2.518.801,26€



Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos

Ent. Beneficiária: UIPSS Madeira - União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira

Descrição do Projecto

O Projecto visa:

1. Apoiar e promover a formação de dirigentes, voluntários e funcionários das IPSS's.
2. Providenciar a certificação das respectivas formações.
3. Conceber e apoiar a implementação do sistema de avaliação dos funcionários.
4. Conceber e apoiar a implementação de avaliação dos resultados dos projectos promovidos e desenvolvidos pelas IPSS's.
5. Promover a elaboração de estudos diversos, nas áreas de intervenção das IPSS's.

Custo Total Elegível: 131.231,99€

Fundo Comunitário (FSE): 104.985,59€

Despesa Pública: 131.231,99€



Sistema de Aprendizagem

Ent. Beneficiária: DRQP - Direcção Regional de Qualificação Profissional

Descrição do Projecto

Este projecto envolve cinco cursos inseridos no Sistema de Aprendizagem. A principal marca distintiva deste Sistema é sem dúvida a articulação entre as várias componentes de formação, com especial relevo para a alternância entre a formação ministrada no Centro de Formação e a Formação em contexto de Trabalho. A este Sistema de formação estão associadas três valências essenciais: a certificação escolar, a qualificação profissional e o contacto real com empresas da Região Autónoma da Madeira, que permite aos jovens aferir os seus saberes técnicos, testando na prática os conhecimentos adquiridos.

Custo Total Elegível: 617.020,64€

Fundo Comunitário(FSE): 493.616,51€

Despesa Pública: 617.020,64€



Formação Modular

Ent. Beneficiária: Madhotel SA - Madhotel Empreendimentos Turísticos S.A.

Localização: Funchal

Descrição do Projecto

O Meliã Madeira Mare por ser um projecto em fase de arranque, é crucial a formação dos seus colaboradores, a fim de garantir a excelência do serviço correspondente ao perfil cinco estrelas do hotel. O projecto dá resposta às actuais necessidades de desenvolvimento das competências dos colaboradores (com níveis de escolaridade abaixo dos 9º e 12º Anos), superando o défice de qualificações e especialização, apostando na qualificação inicial e na aprendizagem ao longo da vida.

Os objectivos específicos da empresa são:

- Gestão de Reclamações; Satisfação do Cliente;
- Fidelização do Cliente;
- Redução de Custos;
- Produtividade;
- Comunicação interna.

Custo Total Elegível: 90.574,40€

Fundo Comunitário (FSE): 72.459,52€

Despesa Pública: 90.574,40€

Acções de Formação-Consultoria

Ent. Beneficiária: ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo

Localização: Porto Santo

Descrição do Projecto

O projecto de Formação-Consultoria tem como objectivo apoiar as pequenas empresas da ilha Porto Santo a modernizarem a sua gestão, melhorarem o atendimento ao cliente e cumprirem as exigências de qualidade, ambiente e segurança. Para além do desenvolvimento das competências individuais dos formandos, pretende-se dotar as Empresas de ferramentas operacionais para o cumprimento dos normativos relativos à segurança alimentar, a melhoria do serviço prestado ao cliente, a melhoria dos indicadores de gestão e de produtividade das empresas e o recurso a novas formas de gestão. Todo o projecto está estruturado em torno da importância da "acção formativa" da Região, desenvolvendo soluções que visem dar resposta às necessidades de formação.

Custo Total Elegível: 379.735,20€

Fundo Comunitário (FSE): 303.788,16€

Despesa Pública: 379.735,20€



Apoios ao Emprego

Nome do Projecto: Escolas de Turismo

Beneficiários: Sílvia Viviana Pestana Martins e Catarina Isabel Figueira Farinha

Empresa criada: ENTREDENTES, LDA.

Localização: Funchal

Descrição do Projecto

Projecto tem por objectivo o desenvolvimento da actividade de laboratório de próteses dentárias e possibilitou a criação dos postos de trabalho dos beneficiários.

Custo Total Elegível: 44.802,66€

Fundo Comunitário (FSE): 19.630,08€

Despesa Pública: 31.150,73€

Orçamento Regional: 11.520,65€



Apoios ao Emprego

Beneficiário: José Manuel Belo Alves

Empresa criada: GLOBAL KIDS, Lda.

Localização: Funchal

Descrição do Projecto

Projecto tem por objectivo o comércio a retalho de mobiliário e possibilitou a criação do posto de trabalho do beneficiário e de mais um posto de trabalho.

Custo Total Elegível: 85.677,90€

Fundo Comunitário (FSE): 15.017,01€

Despesa Pública: 21.908,21€

Orçamento Regional: 6.891,20€



Infra-estruturas do porto do Porto Santo

Descrição do Projecto

No mês Junho de 2009 foi aprovado no âmbito do POVT/Eixo V, o segundo projecto de investimento - Infra-estruturas do porto do Porto Santo - da responsabilidade da APRAM, SA - Administração dos Portos da RAM, com um montante de despesa elegível no valor de 25,5 milhões de euros e uma comparticipação financeira do Fundo de Coesão no valor de 17,8 milhões de euros (taxa de apoio de 70%).

O referido projecto contempla um conjunto de intervenções tais como:

- a execução de obras marítimas de reparação do molhe principal;
 - a melhoria de infra-estruturas gerais;
 - a construção de edifícios, arruamentos e arranjos exteriores, cais e rampa de acesso ao salvamento náutico;
 - e aquisição de sistemas de informação e vigilância electrónica;
- no sentido de proporcionar melhores condições para a recepção de navios de cruzeiro e náutica de recreio e uma zona portuária que facilite a separação efectiva entre o tráfego de passageiros, de mercadorias e de lazer.



Ligação em Via-Expresso ao Porto do Funchal

Descrição do Projecto

No último trimestre do ano de 2008 foi aprovado o primeiro projecto no âmbito do POVT / Eixo V "Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira", designado por "Ligação em Via-Expresso ao Porto do Funchal", da responsabilidade da RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A. - com um montante de investimento elegível na ordem dos 30,5 milhões de euros e um apoio do Fundo de Coesão no valor de 21,4 milhões de euros, destinados a três componentes complementares:

- Projecto Técnico;
- Empreitada de Construção da Via-Expresso ao Porto;
- e, Fiscalização.

O principal objectivo do projecto é o de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentado dos transportes através da construção de uma ligação fundamental de conexão da rede viária principal da RAM ao Porto do Funchal, concorrendo assim para a melhoria do nível de qualidade, eficiência e capacidade competitiva do mesmo.

Esta obra, inaugurada no dia 2 de Outubro do corrente ano, com uma extensão total de 1,5 Km, constitui um acesso privilegiado da RAM ao exterior e proporciona uma redução de 61% do tempo de viagem entre Porto do Funchal e o nó de acesso à Via Rápida, percurso este que era feito em cerca de 6 minutos.



MOSQUIMAC

Descrição do Projecto

O projecto MOSQUIMAC relativo à "Gestão Integrada do Vector Aedes aegypti", tem como Chefe de Fila o Instituto de Administração da Saúde da RAM, e como parceiros a Universidad de La Laguna, a Câmara Municipal do Funchal e a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

O objectivo principal deste projecto é a prevenção, vigilância e controlo do mosquito vector de doenças, actuando a nível da dimensão entomológica, da vigilância epidemiológica e laboratorial, da intervenção ambiental e da informação e educação para a saúde.

Estão previstas múltiplas actividades, nomeadamente a criação de uma rede de vigilância/monitorização do vector na Região da Macaronésia, elaboração/execução de um plano técnico-pedagógico para prevenção de doenças provocadas pelo Aedes aegypti, elaboração dum Manual para os profissionais de saúde, criação/aplicação de um protocolo de seguimento de caso provável de Dengue, diagnóstico precoce e tratamento adequado de casos de doença e prospecção e ensaio biológico de substâncias insecticidas.

O financiamento deste projecto é de 414.375,00€, proveniente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).



Bruno Camacho Pereira

Vice-Presidente da Câmara Municipal do Funchal

A Iniciativa CIVITAS, co-financiada pela Comissão Europeia (CE), Direcção Geral da Energia e dos Transportes (DG-TREN), foi lançada no ano de 2000, tendo sido já concluídos os programas CIVITAS I e II. A CE pretende, através deste programa, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das cidades europeias.

Os objectivos específicos do CIVITAS são:

- Promover e implementar medidas de transporte sustentáveis, limpas e energeticamente eficientes;
- Implementar pacotes de medidas integrados no domínio da tecnologia e promover medidas e políticas no domínio da energia e dos transportes;
- Criar massa crítica e espaço para a inovação na sociedade.

Em 2007 foi lançado o terceiro programa do CIVITAS, designado de CIVITAS PLUS – Cleaner and Better Transport in Cities – visando uma mobilidade urbana que se orienta para a implementação de estratégias inovadoras e integradas de transportes urbanos menos poluentes.

Este programa está em consonância com as políticas, metas e regulamentações comunitárias, em matéria de eficiência energética, utilização de combustíveis alternativos, redução das emissões atmosféricas (em particular de CO₂), aumento da segurança rodoviária, promoção da utilização de transportes públicos e de hábitos de vida mais saudáveis.

A Câmara Municipal do Funchal respondeu a este desafio, lançado pela DG-TREN, e por isso, associou-se às cidades de Gdansk, Tallinn, Bolonha e Utrecht, tendo elaborado uma candidatura designada por CIVITAS MIMOSA – Making Innovation in Mobility and Sustainable Actions.

O projecto foi aprovado pela CE, tendo sido assinado o respectivo contrato a 15 de Outubro de 2008. Na Região Autónoma da Madeira, os parceiros de projecto da Câmara Municipal do Funchal são a Horários do Funchal e o Madeira Tecnopólo.

O objectivo da Câmara Municipal do Funchal ao aderir ao projecto foi o de aproveitar as sinergias proporcionadas pelo CIVITAS PLUS e assim operacionalizar as medidas de mobilidade sustentável que fazem parte do programa de política municipal, bem como operacionalizar as propostas do “Estudo de Mobilidade do Município do Funchal” que foi publicamente apresentado em Janeiro de 2008.

A partilha de experiências, o contacto com outras cidades e o intercâmbio entre técnicos com diferentes formações e diferentes experiências, potenciam a criação de soluções inovadoras para a mobilidade nas cidades.

O Funchal está presente no Fórum CIVITAS, associado a 154 cidades europeias, onde contribui activamente para a implementação de políticas de transportes urbanos menos poluentes e mais eficientes.

As iniciativas financiadas pela Comissão Europeia de que é exemplo o CIVITAS, contribuem de uma forma efectiva para a inovação, o esbatimento de assimetrias, coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A cidade do Funchal tem usufruído dos fundos que a CE tem vindo a disponibilizar, aplicando-os na construção de infra-estruturas, na melhoria dos serviços e na criação de riqueza para os cidadãos do Município e da Região.

A Câmara Municipal do Funchal ao promover um projecto como o CIVITAS MIMOSA, aceitou um desafio inovador e arrojado, com o compromisso de condução de uma iniciativa única no campo dos transportes sustentáveis, projectando-se como uma cidade que procura estar na vanguarda de desenvolvimento no cenário europeu.



No dia 15 de Setembro realizou-se a Sessão de Apresentação do MURAL DIGITAL – Um Projecto direccionado aos Jovens, no Auditório da Direcção Regional de Qualificação Profissional. Trata-se de uma iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Regional (da Secretaria Regional do Plano e Finanças) que conta com o apoio da Direcção Regional de Informática, Direcção Regional de Educação, Direcção Regional de Qualificação Profissional e das Escolas do 3º Ciclo, Secundário e Profissional da Região (um total de 42 estabelecimentos de ensino).

Este Projecto está integrado no Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da Região 2007-13 (Intervir+ e Rumos), co-financiados pela União Europeia. O objectivo do “MURAL DIGITAL” resume-se, por um lado, em fazer com que os Jovens possam ter acesso a toda a informação sobre os Programas Operacionais Regionais que estão a ser implementados na Região (qual o tipo de beneficiários e quais os projectos a financiar e como aceder a toda a informação) e, por outro, incentivá-los, através da Internet, a construir o “Mural” da sua escola colocando neste espaço as suas opiniões/testemunhos/ideias do que, no seu entender, melhor encontram na Madeira a ser realizado e concretizado com o apoio financeiro dos referidos Programas Operacionais. Esta participação irá implicar um trabalho de pesquisa, individual ou em grupo, e de partilha de opiniões, testemunhos e de ideias por parte dos alunos, com o apoio dos professores que irão ficar encarregues da orientação deste projecto nos respectivos estabelecimentos de ensino.

A partir de meados de Outubro do corrente ano, deu-se início às Sessões Informativas nos 42 estabelecimentos de ensino. Com este projecto, o IDR pretende envolver os Jovens madeirenses e porto-santenses sobre a aplicação dos fundos comunitários na Região, no sentido destes poderem ter uma participação activa através das suas mensagens.

O MURAL está acessível na Página do Programa Rumos www.idr.gov-madeira.pt/rumos/.



Sessão de Apresentação aos Professores



Sessão na Esc. Básica e Sec. Bispo D. Manuel F. Cabral - Santana



Espaço Memórias



Espaço onde se inserem os testemunhos de pessoas que, pelas suas vivências e experiência, nos dão uma retrospectiva do modo como, no passado, foi levada a cabo a implementação dos Programas cofinanciados pela União Europeia na Região.

Nesta edição contamos com a abalizada colaboração da Dra. Ana Mota, ligada há cerca de 20 anos à gestão de projectos com financiamento comunitário, e do Dr. Ricardo Reis, Chefe de Gabinete do Secretário Regional do Equipamento Social, que, durante mais de duas décadas, foi o interlocutor do maior executor, na Região, de projectos cofinanciados.

Primeiros passos para a implementação de projectos co-financiados pela União Europeia

“Um olhar à forma como se deram os primeiros passos para a implementação de projectos com financiamento FEDER, a partir de 1986”

Ana Mota

Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional



Após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, e com a aplicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao País, a Região Autónoma da Madeira (RAM) passou a beneficiar de um volume significativo de ajudas comunitárias.

A maior parte dos projectos financiados pelo FEDER tiveram de ser aprovados individualmente pela Comissão Europeia, em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 1787/84, de 19 de Junho, os quais eram remetidos, em cada ano, pelo Governo Português para Bruxelas.

A organização institucional de acesso ao FEDER assentava em três níveis técnicos de actuação:

- o nível de coordenação global e de interlocução directa com a Direcção Geral das Políticas Regionais da Comissão, que estava a cargo da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR);

- o nível intermédio designado de “proponentes” que preparava as candidaturas, constituídos pelos diferentes Gabinetes de Estudos e Planeamento dos Ministérios envolvidos, pelos governos regionais da Madeira e dos Açores e pelas Comissões de Coordenação Regional;

- e, finalmente, o nível dos promotores responsáveis pela execução dos projectos candidatos.

A SecretariadeEstadoedoPlaneamento e Desenvolvimento Regional emitia, anualmente, um despacho contendo as regras a seguir na preparação das candidaturas e a data limite do seu envio à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (regra geral, Setembro do ano anterior), fixando nomeadamente as taxas de co-financiamento a solicitar e as datas de elegibilidade de referência.

A selecção dos projectos cabia ao Conselho de Ministros, sob proposta da DGDR, tendo em conta as prioridades de política regional, o qual aprovava, no final de cada ano, um pacote suficiente para aproveitar o intervalo percentual à disposição de Portugal.

Na RAM era a Direcção Regional de Planeamento (DRP), da Vice-Presidência e Coordenação Económica, que detinha a competência do planeamento global da Região e de Interlocutor Regional do FEDER.

Esta Direcção Regional funcionava como uma estrutura híbrida já que reunia competências de três entidades a nível da Administração Central - do Departamento de Planeamento e Prospectiva (DPP), da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) e de Comissão de Coordenação Regional (CCR).

Iniciei funções no quadro técnico da Direcção Regional de Planeamento, em Março de 1990, e no primeiro

dia de trabalho foi-me comunicado pelo respectivo Director Regional (Dr. Sérgio Marques), que iria trabalhar precisamente com a responsável pela gestão e acompanhamento dos projectos com financiamento FEDER ao abrigo Regulamento CEE) nº 1787/84, de 19 de Junho (Dra. Cecília Escórcio).

Naquela altura, a Direcção Regional do Planeamento tinha uma estrutura muito pequena, com sensivelmente 20 funcionários, em que os quadros técnicos representavam cerca de metade do número total de funcionários. Recordo-me que haviam cerca de seis computadores Macintosh 128k (que mais tarde foram sendo gradualmente substituídos por MAC II) que estavam sobretudo afectos à área administrativa.

Lembro-me também que à minha chegada, junto à secretária que me havia sido destinada, foram-me entregues, pela Chefe de Repartição Administrativa da DRP (D^a Fátima Pedro), os instrumentos de trabalho que se resumiam a uma calculadora a corrente eléctrica (com rolo de papel essencial para as verificações), lápis, borracha, caneta e um bloco de papel tamanho A4 para os apontamentos, preparação de ofícios, análises técnicas e emissão de pareceres.

Também digno de registo era a existência de uma pequena aplicação informática, muito simples, que permitia o carregamento dos dados de execução financeira dos projectos, e que era muito útil para consulta da evolução da sua execução e da afectação das transferências recebidas, ao nível de cada decisão de financiamento FEDER.

Os projectos de investimento aprovados ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 1787/84, de 19 de Junho, cujo financiamento comunitário concedido totalizava cerca de 13,4 milhões de contos (67 milhões de euros), a que correspondia um investimento total de cerca de 23,6 milhões de contos (118 milhões de euros) consistiam, fundamentalmente, na construção de infra-estruturas no sector dos transportes, energia, ambiente e saúde.

Os organismos executores dos projectos de investimento apoiados pelo FEDER estavam concentrados em poucas entidades, sendo de salientar:

- A Secretaria Regional do Equipamento Social que tinha à sua responsabilidade a maioria dos investimentos, nomeadamente todas as obras de infra-estruturas rodoviárias, infra-estruturas de captação, adução e distribuição de água, de saneamento básico e centros de saúde.

- A Empresa de Electricidade da Madeira que estava,

na altura, a fazer um avultado conjunto de investimentos com vista a aumentar o grau de cobertura de rede de energia eléctrica na Região, ampliando a rede a todas as zonas rurais, e de reforçar a sua capacidade de produção de energia. De entre os projectos apoiados merecem destaque a construção da Central Térmica da Vitoria e da Central Hidroeléctrica de Inverno da Calheta e os projectos na área do telecomando e transporte da rede eléctrica;

- A Secretaria Regional de Economia que se apresentava com os investimentos de construção do Parque Industrial da Cancela e a aquisição do navio PATRIA para as ligações marítimas entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, através de, respectivamente, a Direcção Regional do Comércio e Indústria e a Direcção Regional dos Portos;

- As autarquias locais sobretudo com a construção de infra-estruturas rodoviárias, sendo de destacar os dois parques de estacionamento, da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal, o do Campo da Barca e o da Ribeira de S. João.

O esquema de reporte de execução financeira ao Interlocutor Nacional do FEDER (DGDR), que por sua vez a remetia à Comissão Europeia, estava estabelecido da seguinte forma – os executores tinham de apresentar, mensalmente, os formulários de pedidos de pagamento com as despesas efectivamente pagas. Após a verificação dessas despesas, a DRP tinha de as enviar oficialmente à DGDR, nos meses pares, sendo que para tal era preenchido, por cada decisão de financiamento, um formulário em língua francesa.

Com a recepção desta informação, a DGDR, nos meses ímpares, instruía os pedidos de certificação de despesas à Direcção Geral das Políticas Regionais da Comissão, com a finalidade de obter a transferência das respectivas verbas comunitárias.

Mais tarde, com a aprovação das principais orientações do “Pacote Delors”, a Comissão Europeia apresentou ao Conselho cinco propostas de regulamento que vieram estabelecer a arquitectura legislativa da Reforma dos Fundos Estruturais – o Regulamento Quadro dos Fundos Estruturais (REG (CEE) Nº 2052/88 do Conselho, de 19 De Dezembro, o Regulamento de Coordenação (REG (CEE) nº 4253/88, de 19 de Dezembro), e os regulamentos específicos FEDER (REG (CEE) nº 4254/88, de 19 de Dezembro), Fundo Social Europeu - FSE - (REG (CEE) nº 4255/88, de 19 de Dezembro) e Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA - Secção Orientação - (REG (CEE) nº 4256/88, de 19 de Dezembro).

As principais linhas de força da reforma dos Fundos Estruturais eram, para além da duplicação das dotações para as políticas estruturais, as seguintes:

- Concentração da actuação dos Fundos em torno de cinco grandes objectivos:

- Objectivo nº 1 - Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões com atraso de desenvolvimento.

- Objectivo nº 2 – Reconverter as regiões gravemente afectadas pelo declínio industrial.

- Objectivo nº 3 – Combater o desemprego de longa duração.

- Objectivo nº 4 – Facilitar a inserção profissional dos jovens.

- E na perspectiva da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), acelerar a adaptação das estruturas agrícolas (5.a) e promover o desenvolvimento das zonas rurais (objectivo 5.b).

- Concentração geográfica dos Fundos Estruturais nas regiões menos desenvolvidas, ou seja nas cobertas pelo Objectivo nº1 (cerca de 2/3 dos recursos);

- Modulação das taxas de intervenção dos Fundos Estruturais de acordo com a prosperidade relativa de cada região ou Estado-Membro, elevando a taxa para 75% do custo total;

- Flexibilização dos domínios de intervenção dos Fundos Estruturais, permitindo o apoio de acções não convencionais mas justificadas pela estratégia de desenvolvimento das regiões;

- Aproximação das regras de funcionamento dos diferentes Fundos Estruturais, permitindo o lançamento de acções integradas de desenvolvimento;

- Adicionalidade das intervenções estruturais comunitárias em relação ao esforço nacional de desenvolvimento;

- Contratualização no quadro da parceria das intervenções estruturais comunitárias entre a Comunidade, os Estados Membros, e as regiões, com a natural descentralização de funções ligada ao princípio da subsidiariedade;

- Preponderância da intervenção por programas em detrimento de outras formas, nomeadamente de projectos individuais;

- Implementação de mecanismos eficazes de acompanhamento, avaliação e controlo.

Desta forma houve uma enorme alteração ao processo de negociação de apoio comunitário passando a ter três fases:

Primeiros passos para a implementação de projectos co-financiados pela União Europeia



- a fase em que o Estado-Membro apresenta o seu plano de desenvolvimento regional (PDR) ou planos de desenvolvimento regional, em que identifica os objectivos e a estratégia de desenvolvimento regional a médio prazo e aponta os principais eixos e acções prioritárias e solicita os financiamentos necessários para a sua implementação;

- a fase de negociação entre a Comissão e o Estado-Membro sobre todos os aspectos do PDR, que irá resultar na quantificação do envelope financeiro a atribuir, no período de programação em causa;

- a fase em que o Estado-Membro propõe e negocia os vários programas operacionais que irão constituir o respectivo quadro comunitário de apoio, que após a sua aprovação permitirá as transferências dos montantes de ajuda comunitária que serão aplicados e geridos a nível nacional.

O Quadro Comunitário de Apoio 1989/1993 (QCA I) foi adoptado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (89) 1869, de 31 de Outubro, e na sua estrutura contemplava uma série de Programas, com aplicação na RAM, a saber:

- Eixo 1 “Infra-Estruturas Económicas”, do qual fazia parte o Programa VALOREN (Programa de Valorização dos Recursos Endógenos Nacionais) que apoiava a exploração do potencial energético local, através de energias renováveis (solar, eólica, biomassa, geotérmica, centrais mini-hídricas e lixos urbanos) e a conservação e utilização racional de energia.

- Eixo 2 “Investimento Produtivo”, que incluía três Programas – PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa), o PNICAP (Programa Nacional de Interesse Comunitário) e o SIMC (Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio);

- Eixo 3 “Recursos Humanos” onde se enquadrava o PRODEP (Programa de Desenvolvimento Educativo em Portugal);

- Eixo 6 “Desenvolvimento das Regiões” que incluía o Programa Operacional Plurifundos da RAM, no período 1990-1993 (POPRAM I).

O montante global atribuído a Portugal, no âmbito do QCA I, pelos três Fundos Comunitários Estruturais – FEDER, FSE, FEOGA – Secção Orientação - e pela linha orçamental do PEDIP ascendia a cerca de 1.300 milhões de contos (6,5 milhões de euros), a que correspondia um investimento total de cerca de 3.000 milhões de contos (15 milhões de euros). Previa-se ainda o recurso a empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), num montante estimado da ordem de 500 milhões de contos (2,5 milhões de euros).

O montante global de fundos estruturais associado ao QCA I desdobrava-se em 54% para o FEDER, 29% para o FSE e 17% para o FEOGA-Secção Orientação.

A aprovação do QCA I pela Comissão colocou às autoridades portuguesas um enorme desafio em termos de organização e eficiência para garantir uma gestão adequada das verbas e cumprimento dos objectivos e a selecção de projectos promovidos por uma grande quantidade de potenciais beneficiários tanto públicos como privados.

Foi neste contexto que foi publicado o DL nº 121-B/90, de 12 de Abril, com o objectivo de definir uma estrutura orgânica de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação das intervenções estruturais comunitárias. É interessante mencionar que esta estrutura, com algumas adaptações resultantes das próprias exigências dos regulamentos comunitários, associadas a cada período de programação, manteve-se no essencial durante a vigência dos posteriores quadros comunitários de apoio (QCA II de 1994/1999 e QCA III de 2000/2006) e ainda no actual contexto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN – 2007/2013).

O referido diploma fixou dois níveis de gestão e acompanhamento do QCA – o nível global e o nível das diferentes intervenções operacionais. A responsabilidade de execução correcta do QCA cabia por decisão governamental, a nível político ao Ministro do Planeamento e da Administração do Território e, a nível técnico, à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

O órgão máximo de coordenação técnica do QCA era designado por Comissão de Gestão do QCA e constituído pelos responsáveis máximos dos interlocutores nacionais dos três Fundos Estruturais, cabendo a presidência ao Director Geral do Desenvolvimento Regional.

Também houve necessidade, a par dos órgãos de gestão, de criar órgãos de acompanhamento, tendo sido criada uma Comissão de Acompanhamento do QCA – órgão de cúpula de acompanhamento que detinha competências alargadas em relação por exemplo a ajustamentos financeiros entre Programas do Quadro. Esta Comissão era presidida pelo Director Geral do Desenvolvimento Regional e constituída por vários membros, nomeadamente os da comissão de gestão do QCA, os presidentes de todas as unidades de gestão dos programas em vigor (incluindo as iniciativas comunitárias) e os representantes da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Houve ainda criado, em Janeiro de 1991, através de Despacho do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, o Observatório do QCA que tinha por

objectivo efectuar uma avaliação contínua e independente da execução e do impacto das respectivas intervenções operacionais e orientar, do ponto de vista metodológico, a criação de um sistema de indicadores que permitisse uma avaliação sistemática das diferentes acções.

Com a aprovação do POPRAM I, no âmbito do QCA I, com um total de financiamento comunitário de cerca de 42 milhões de contos (211 milhões de euros), repartido em 85% para o FEDER e 15% para o FSE, foi criada nos termos da legislação aplicável, a Unidade de Gestão e a Unidade de Acompanhamento do Programa. Ambos estes órgãos eram presididos pelo Gestor do Programa que era o Director Regional de Planeamento.

Naquela altura a DRP estava envolvida numa multiplicidade de desafios nomeadamente o arranque do POPRAM I, o fecho dos projectos financiados ao abrigo do Regulamento CEE nº 1787/84, de 19 de Junho e a negociação do Programa de Iniciativa Comunitária REGIS, com vista ao desenvolvimento das Regiões ultraperiféricas portuguesas (Madeira e Açores) para o período 1991-1993.

Um pouco depois já estava na sua agenda os trabalhos de programação e de negociação do novo Quadro Comunitário de Apoio (para o período 1994-1999), decorrente do “segundo Pacote Delors”, da instituição da União Económica e Monetária, da criação do Fundo de Coesão (FC) e da revisão dos regulamentos dos Fundos Estruturais, a preparação do Plano de Desenvolvimento Regional para o período 1994-1999, que culminou, mais tarde, com a aprovação do POPRAM II.

A RAM beneficiou, assim, no período 1994-1999, a par dos apoios do QCA II – que globalmente representava 2.740 milhões de contos (13,7 milhões de euros) de subvenções a fundo perdido, a que acrescia 1.200 milhões de contos (6 milhões de euros) de empréstimos do BEI e 510 milhões de contos (2,5 milhões de euros) de empréstimos do FC -, do financiamento FC, e também do Programa de Iniciativa Comunitária REGIS II, tendo assistido a um acréscimo considerável de financiamento comunitário:

- Ao abrigo do POPRAM II, a RAM recebeu o montante total de cerca de 447 milhões de euros, repartido pelo FEDER (66%), FSE (18%), FEOGA-Secção Orientação (12%) e IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (3%). De referir que o montantes FEDER e FSE sofreram um incremento de, respectivamente, 67% e de 146% em relação ao POPRAM I;

- No FC o financiamento total atribuído ascendeu a 211 milhões de euros (o equivalente ao montante recebido do POPRAM I), sendo de destacar neste âmbito o projecto de Ampliação do Aeroporto do Funchal que representou 76%.



Primeiros passos para a implementação de projectos co-financiados pela União Europeia

- No PIC REGIS II, 64 milhões de euros, repartido entre FEDER (95%) e FEOGA-O (5%), isto é com acréscimo de 330% no FEDER por comparação com o PIC REGIS I.

O aproveitamento máximo pela RAM dos financiamentos comunitários que lhe foram sendo colocados à disposição deveu-se, em minha opinião, ao empenho, ao elevado grau de competência e de qualificação e ao trabalho de equipa da DRP, a que não foi alheio a forte articulação existente em toda a administração regional e ao esforço permanente de todos os beneficiários/executores.

É de assinalar que a DRP iniciou ainda o processo de negociação e de concepção do POPRAM III, já no contexto do terceiro QCA, tendo depois sido sucedida pelo Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC), em 2001. O Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), já em 2007, veio suceder aquele Instituto, que mantém o essencial das atribuições dos organismos antecessores, enquanto autoridade de gestão das sucessivas intervenções operacionais da RAM, ao longo dos três Quadros Comunitários de Apoio para Portugal, e actualmente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e enquanto interlocutor Regional de várias Iniciativas Comunitárias financiadas pelo FEDER, exercendo ainda funções de gestor sectorial no tocante aos investimentos financiados pelo Fundo de Coesão. Como dado curioso é de referir que o IDR tem hoje cerca de 80 funcionários, contrastando de forma impressionante com aquela pequena estrutura da DRP do início dos anos 90.

No QCA III, que globalmente foi atribuído subvenções comunitárias a fundo perdido num montante de 20,5 mil milhões de euros (65% FEDER, 23% FSE, 11% FEOGA-O e 1% IFOP), a que acrescia um valor indicativo de empréstimos BEI na ordem de 1,4 mil milhões de euros e de FC de 3,3 mil milhões de euros, a RAM voltou a receber importantes apoios no âmbito do POPRAM III e do FC, que representaram em relação ao período precedente, respectivamente, mais 66% e menos 26%.

Quanto ao impacto na economia dos apoios comunitários na RAM, é de sublinhar que os resultados são muito visíveis e uma das provas disso é o crescimento extraordinário do indicador correspondente ao PIB – cujo índice por habitante em paridades de poder de compra subiu de 69% da média da União Europeia (com 25 Estados-Membros) em 1995, para 87% em 2000 e 90% em 2003 –, que colocou a Região num patamar completamente diferente, no contexto do actual período de programação 2007-2013, já que foi integrada no regime transitório do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, designado Phasing-in.

Registos Bibliográficos:

Programas Operacionais – POPRAM I/POPRAM II/ REGIS I e REGIS II, da Direcção Regional do Planeamento (DRP) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR)

Plano de Desenvolvimento Regional para os períodos 1989/1993 – Vice-Presidência e Coordenação Económica da Região Autónoma da Madeira – Janeiro de 1989

Dossiers e arquivo da DRP, IFC, IDR

Publicação do QCA III – Ministério do Planeamento

PIRES, Luis Madureira, A POLITICA REGIONAL EUROPEIA E PORTUGAL – Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço Educação, Junho de 1998



Os Fundos Estruturais e Comunitários e o desenvolvimento da RAM: O passado e o presente

João Ricardo dos Reis

Chefe do Gabinete do Secretário Regional do Equipamento Social

Penso que actualmente toda a gente reconhecerá, o decisivo contributo dos Fundos Estruturais Comunitários, para os níveis de desenvolvimento que a Região Autónoma da Madeira vem registando nestas últimas três décadas. Parece-me no entanto, não ser tão imediatamente perceptível pela maioria das pessoas, o efeito que a aplicação de tais fundos tem no seu nível de bem-estar. Como já vi referido num artigo de opinião do Prof. Valente de Oliveira será «... escusado insistir na evidência de que a essência do desenvolvimento respeita às pessoas, ao seu nível de bem-estar material e à sua qualidade de vida. Mas, para tal, e além de outras coisas, é preciso construir muitas infra-estruturas ...». Ou seja, não sendo a existência de infra-estruturas públicas, uma condição suficiente de desenvolvimento, é seguramente uma condição necessária e indispensável ao mesmo. Convém, a propósito, recordar como era a nossa Região há cerca de trinta e tal anos atrás: Nessa altura, apenas uma pequena parte da população era servida por verdadeiros sistemas de saneamento básico. A cobertura da Região em termos de rede escolar, saúde, equipamentos culturais e desportivos, comunicações, energia, etc. era muito deficitária. O Aeroporto da Madeira tinha uma capacidade de utilização muito limitada. A rede viária, naturalmente muito condicionada pela particular orografia da Região, não respondia minimamente à procura e apresentava níveis de serviço muito baixos. Ensino Secundário só existia em duas escolas e ambas no Funchal. Pavilhões gimnodesportivos e piscinas junto das principais escolas concelhias eram então impensáveis, limitando-se o equipamento de apoio a uns meros campos de futebol pelados. O destino final de resíduos sólidos, só a partir de meados dos anos oitenta é que passou a ser assegurado por uma estação de compostagem com um aterro sanitário de apoio. E quantos outros mais exemplos poderiam ser aqui referidos ...

Para superar tal deficit infra-estrutural e tornar possível a realidade actual, o recurso aos Fundos Estruturais Comunitários dos primeiros quadros de apoio foi fundamental. No âmbito de diversos programas como as várias versões do POPRAM (Programa Operacional Plurifundos da RAM), e também de outros menos conhecidos designadamente como o ENVIREG (Programa Comunitário relativo ao ambiente financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - e FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola -), o VALOREN (Programa de Valorização dos Recursos



Endógenos Nacionais) e o POSEIMA-AMBIENTE (Programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade da Madeira e dos Açores – na área do Ambiente), foi construído um expressivo conjunto de infra-estruturas públicas nos sectores do ensino, saúde, captação, adução e tratamento de água, tratamento e destino final de águas residuais e de resíduos sólidos, rede viária, energia, etc., que permitiram aproximar a base infra-estrutural da Região, dos níveis exigíveis a uma sociedade moderna. Alguém conseguirá imaginar como seria hoje a Região e, conseqüentemente, a nossa qualidade de vida e o nosso bem-estar, se tal conjunto de obras não tivesse sido realizado?

Com efeito, habituamo-nos de tal forma a conviver diariamente com as infra-estruturas que temos ao nosso dispor, que temos a tendência para esquecermos como elas são imprescindíveis ao nosso bem-estar e à nossa qualidade de vida. É por isso que há quem diga, que relativamente às infra-estruturas é como o que acontece com a nossa saúde. Ou seja, só lhe damos o devido valor, quando ela infelizmente nos falta.

Mas, se a primeira geração de programas comunitários permitiu à Região superar o seu deficit infra-estrutural, os programas e iniciativas comunitárias mais recentes irão permitir vencer o desafio do conhecimento do seu território. Importa aqui acentuar a importância do conjunto de projectos no domínio da informação geográfica, que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito dos programas e iniciativas comunitárias de geração mais recente, como o INTERREG III-B, o POSI (Programa Operacional Sociedade da Informação), o PCT-MAC (Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias) e, espera-se, no Programa Operacional Regional INTERVIR +. Com efeito, a localização geográfica é o referencial comum a muitas actividades e a muitos serviços da administração. A existência de informação geográfica actualizada e digital é um factor decisivo para a competitividade das regiões e para um aumento da eficiência da administração. A disponibilidade de uma infra-estrutura de informação sobre o nosso território constitui um recurso estratégico para o seu desenvolvimento sustentável.

Trata-se pois, hoje em dia, de “infra-estruturas” de outra natureza, mas, também elas, essenciais ao nosso bem-estar e à nossa qualidade de vida.



Espaço Jovens

Espaço aberto aos Jovens que, através dos seus depoimentos e com base nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos durante o período escolar, transmitem a sua visão sobre a realidade regional.

Nesta edição, contamos com a simpática colaboração de Mónica Pita, aluna do ensino secundário (12º ano), e de Dulce Silva, estudante universitária (entretanto, licenciada).



Caracterização económica e social da Região Autónoma da Madeira



Mónica Pita

Estudante no 12º Ano (2009/2010)
Escola Secundária Jaime Moniz

No âmbito da disciplina de Economia, no ano lectivo 2008/2009, foi-me proposto elaborar um trabalho intitulado: “Caracterização económica e social da Região Autónoma da Madeira (RAM)”.

É fundamental conhecermos o nosso passado, a situação em que vivemos para pensar no futuro.

Neste Mundo de mudança constante onde o hoje já é o amanhã, em que as dificuldades imperam, e a concorrência é uma consequência do mundo globalizado, com as distâncias a se encurtarem com a tecnologia, há que inovar e estar preparado para tudo.

Numa região insular e ultraperiférica, em que é muito significativa a sensibilidade e vulnerabilidade em termos ambientais, surgem diversos problemas, como por exemplo: o saneamento básico e gestão de resíduos, a conservação da natureza e a prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais. Devido a esses problemas, no domínio da protecção e coesão social verificam-se assimetrias no desenvolvimento do território, subsistindo algumas deficiências na estruturação da rede urbana e algumas debilidades na relação urbano-rural.

Ao nível da habitação existem ainda carências, atingindo particularmente famílias de fracos rendimentos, enfrentando problemas de várias ordens que contribuem para a sua exclusão social.

A economia regional madeirense é aberta, com tendência para a importação. Esta tendência tem de se alterar, de modo a nos tornarmos mais competitivos, tanto na Europa como no Mundo. Dependemos do transporte marítimo e aéreo para possíveis trocas comerciais e abastecimento de bens primários.

O crescimento económico da Região deve-se ao conjunto de políticas orientadas para o dinamismo económico e social. Estas políticas têm promovido a coesão social, equidade e igualdade de oportunidades. Neste âmbito destaca-se a importância do acesso aos Fundos da União Europeia como um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região. Nunca esquecendo, porém, que a estabilidade política e paz social também permitiram “construir” uma Região de maior qualidade.

É preciso, no entanto, reforçar a competitividade da Região através de medidas estratégicas, tais como: a valorização, diversificação e modernização da estrutura económica da RAM, apoio e incentivo à competitividade sustentável, incentivo à internacionalização, entre outras.

A RAM precisa de continuar a ser apoiada através de programas comunitários com vista a reduzir as assimetrias.

Temos de erigir uma Madeira cada vez mais justa e desenvolvida, de forma racional e europeia, tendo o ambiente como um dos principais objectivos a defender.



A Região Autónoma da Madeira como Região Ultraperiférica

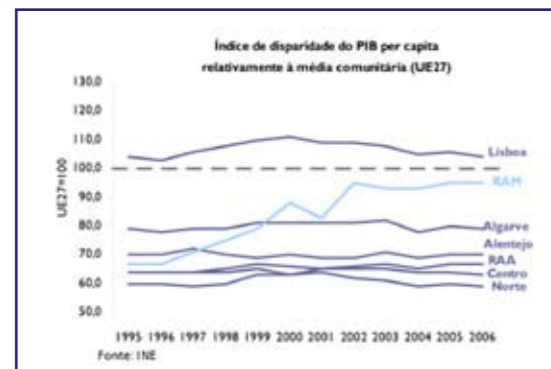


Dulce Silva

Licenciada em Economia pela Universidade da Madeira

É com muito gosto que aceitei este desafio de partilhar convosco uma breve nota sobre o meu trabalho realizado no último ano lectivo (2008/2009) do curso de Economia na Universidade da Madeira.

O desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (RAM) desde a entrada de Portugal na União Europeia é considerável. Este crescimento, nos primeiros anos, foi mais visível ao nível das infra-estruturas, a construção de escolas fora do Funchal é disso exemplo, tal como as acessibilidades, possibilitando uma comunicação cada vez maior e mais rápida. Outras áreas foram abrangidas nomeadamente as áreas da saúde e do saneamento.



Tentar isolar e medir o contributo das ajudas comunitárias na evolução do PIB regional poderá ser um objectivo de difícil concretização, mas é indiscutível a sua importância para o desenvolvimento socioeconómico na Região. A Região Autónoma da Madeira (RAM) foi, de entre as sete regiões ultraperiféricas, a que mais cresceu diminuindo o hiato em relação à média europeia. Note-se que entre 1995 e 2006, o índice de disparidade do PIB per capita reduziu-se de forma significativa, passando dos cerca de 67% para os 97,7%. A Região Autónoma dos Açores e as Ilhas

Canárias tinham um gap de convergência superior, 68,6% e 92,6%, respectivamente.

Ao nível nacional, a RAM é a segunda região que mais cresce, sendo só ultrapassada pela região de Lisboa, como podemos verificar no gráfico. Portugal tem, no seu todo, uma discrepância superior (encontrava-se, em 2006, a 76,4% da média comunitária).

Para este desenvolvimento contribuiu a designação da RAM como sendo uma RUP (Região Ultraperiférica). Esta sigla define toda a região afastada do continente Europeu, com uma pequena superfície, tendo um clima e relevo difíceis, possuindo uma população reduzida, recursos escassos, dependência de um pequeno número de produtos para o desenvolvimento da sua economia e uma grande dependência relativamente ao exterior.

Estas são regiões que gozam de um estatuto especial e são abrangidas por programas que dinamizam as suas economias. Estes programas integram diferentes vertentes como FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), FSE (Fundo Social Europeu), FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) e o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca) e assumem um papel fundamental no crescimento das economias regionais. Os objectivos destes programas são variados, pois tentam combater as debilidades e insuficiências ao nível económico e ao nível social, reforçam a capacidade de afirmação da economia em áreas em que a região possui vantagem comparativa, fomentam a competitividade, promovem



o emprego e a empregabilidade do potencial humano, preservam os valores ambientais e melhoram a qualidade de vida das populações.

A RAM foi, como supracitado, a região que maiores proveitos tirou desse estatuto, consequência de uma atitude positiva materializada na aposta num sector que tinha vantagem comparativa, o turismo. Esta aposta mostrou ser vantajosa porque aumentou o nível de receitas e passou a ser um foco de criação de emprego, diminuindo, desta forma, a dependência da região face ao sector agrícola.

Contudo, a economia madeirense ainda se encontra muito dependente de um único sector. Este condicionalismo implica um forte investimento no sector do turismo que deve passar pela capacidade de atrair investimento directo estrangeiro e pela contínua atracção de turistas. Além disso, as paisagens típicas madeirenses têm de ser mantidas (visto serem um dos ex-libris da região) e a actividade turística descentralizada.

A Região deverá ser capaz de investir em outras áreas e aí desenvolver competências. A continuidade do desenvolvimento da economia regional depende da atracção de investimento directo estrangeiro, da dinamização e incentivo ao desenvolvimento tecnológico, da aposta na inovação e na melhoria e da eficiência das bases empresarial e industrial, da aposta em produtos regionais, da criação de condições para uma equidade social e da promoção do crescimento sustentado.

Em suma, a Região, apesar do crescimento sustentado ao nível socioeconómico nas últimas décadas, tem novos desafios e terá de os ultrapassar para se adaptar às novas tecnologias e ao processo de globalização.

Último Espaço

Espaço aberto a temas alusivos à Europa.

Nesta edição, apresenta-se uma breve nota sobre "2010 - Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social".



2010

Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social

“Precisamos de nos esforçar mais para mudar a nossa atitude. A UE, os governos nacionais e os cidadãos, todos juntos podem e devem agir para erradicar a pobreza”.

Vladimír Špidla, Comissário Europeu dos Assuntos Sociais

Em Março de 2000, aquando do lançamento da Estratégia para o Crescimento e o Emprego na União Europeia (UE), os líderes dos Estados-Membros comprometeram-se a tomar medidas decisivas para erradicar a pobreza até 2010.

Porém, e apesar da Europa ser uma das regiões mais ricas do mundo, ainda persistem cerca de 78 milhões de pessoas, o correspondente a 16% da população, em situação de risco de pobreza, privadas de acesso a serviços básicos como, por exemplo, os cuidados de saúde, o que está em contradição com os princípios de solidariedade e justiça social da UE.

Por isso, 2010 será o “Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social” e tem por objectivos os seguintes:

- **Reconhecimento** - reconhecer o direito fundamental das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social a viverem na dignidade e a tomarem uma parte activa na sociedade;
- **Responsabilidade partilhada e participação** - aumentar a adesão do público às políticas de inclusão social, sublinhando a responsabilidade colectiva e individual na luta contra a pobreza e a exclusão social, promovendo o envolvimento de todos os actores públicos e privados;
- **Coesão** - promover uma maior coesão na sociedade e assegurar que ninguém duvide das vantagens que resulta, para todos, de uma sociedade sem pobreza;
- **Envolvimento e acção concreta** - renovar o envolvimento da UE e dos Estados Membros de lutarem contra a pobreza e a exclusão social e de associarem, para isso, todos os níveis de poder.

A dotação prevista é de 26 milhões de euros no mínimo (dos quais 17 a cargo da UE) para desenvolver às actividades propostas, desde campanhas de informação, iniciativas inovadoras, acções de solidariedade criativas, encontros, debates e conferências, e ainda organização de concursos que dêem destaque a realizações e experiências bem sucedidas relacionadas como o tema do Ano.

Para a implementação destas actividades será fundamental a participação da sociedade civil e a implicação de todas as partes interessadas. Poderão participar as organizações da sociedade civil, as organizações que defendem os interesses das pessoas em situação de pobreza, os parceiros sociais, as autarquias locais e a administração pública regional.



in

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_279.pdf

<http://2010againstopoverty.europa.eu>

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=637>

<http://reapnimprensa.blogspot.com/2007/12/2010-ano-europeu-do-combate-pobreza-e.html>



Contactos Entidades Oficiais

com Responsabilidade ao Nível dos Fundos Comunitários

Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais Regionais 2007-2013 (Intervir+ e Rumos)

Organismo Intermédio do POVT

Interlocutor Regional da Madeira do PCT MAC

Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, 16

9000-715 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 214 000 F: + 351 291 214001

www.idr.gov-madeira.pt

idr.srpf@gov-madeira.pt

Gestão do Programa INTERVIR+ (Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM)

Projectos Públicos

Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, 16

9000-715 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 214 000 F: + 351 291 214001

www.idr.gov-madeira.pt

idr.srpf@gov-madeira.pt

Projectos Privados

Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Av. Arriaga – Edifício Golden Gate, 21 – A, 3º

9004-528 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 202190 F: + 351 291 202192

www.ideram.pt/

ideram@netmadeira.com

Gestão do Programa RUMOS (Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM)

Educação e Formação

Direcção Regional de Qualificação Profissional

Estrada Comandante Camacho de Freitas

9020-148 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 701090 F: + 351 291 764891

www.drfp.pt

dsfseuropeu@madeira-edu.pt

Emprego e Coesão Social

Instituto de Emprego da Madeira

Rua Boa Viagem, 36

9060-027 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 213260 F: + 351 291 220014

www.iem.gov-madeira.pt/

emprego@iem.gov-madeira.pt

Formação Avançada

CITMA – Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira

Rua da Alfândega, 78 – 5º

9000-059 Funchal * Madeira * Portugal

T: + 351 291 214170 F: + 351 291 233249

www.citma.pt

info@citma.pt





Instituto de
Desenvolvimento Regional

Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Região Autónoma da Madeira
Portugal
www.idr.gov-madeira.pt

